
Disciplina de Mercado

31/12/2010

 **Santander Totta**

Ao abrigo do Aviso do Banco de Portugal nº 10/2007 declaramos que o conteúdo deste documento reflecte predominantemente o carácter prudencial na gestão do perímetro consolidado objecto do mesmo.

ÍNDICE DOS ANEXOS:

Anexo I – Declaração de Responsabilidade

Anexo II – Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

Anexo III – Adequação de Capitais

- Modelo “Adequação de Capitais”

Anexo IV – Risco de Crédito de Contraparte

- Modelo “Risco de Crédito de Contraparte”

Anexo V- A – Risco de Crédito – Aspectos Gerais

- Modelo “Posições em Risco”
- Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”
- Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”
- Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”
- Modelo “Correcções de Valor e Provisões”
- Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

Anexo V- B – Risco de Crédito – Método Padrão

- Modelo “Método Padrão”

Anexo V- C – Risco de Crédito – Método das Notações Internas

- Modelo “Método das Notações Internas”
- Modelo “Empréstimos Especializados”

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

- Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito - Método Padrão”
- Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito - Método das Notações Internas”
- Modelo “Análise de Concentração - Protecção Pessoal e Real do Crédito”

Anexo VII – Operações de Titularização

- Modelo “Operações de Titularização”
- Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Análise de Perdas”
- Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método Padrão”
- Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método das Notações Internas”
- Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Síntese de actividades”

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

- Modelo “Requisitos de Fundos Próprios (Carteira de Negociação)”

Anexo IX – Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

- Modelo “Requisitos de Fundos Próprios - Riscos Cambial e de Mercadorias”

Anexo X – Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária

- Modelo “Posições em Risco sobre Acções (Carteira Bancária)”

Anexo XI – Risco Operacional

Anexo XII – Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

- Modelo “Risco de Taxa de Juro (Carteira Bancária)”

Anexo I – Declaração de Responsabilidade

A Santander Totta, SGPS declara que:

- foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;

- a qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;

- compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere

Lisboa, 30 de Junho de 2011

A Comissão Executiva

Anexo II – Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

1.1 Este documento aplica-se à actividade do perímetro consolidado da Santander Totta, SGPS.

1.2

Perímetro de Consolidação Contabilístico

Descrição	Método de Consolidação	% de Participação
BANCO SANTANDER TOTTA	GLOBAL	99,87%
SANTANDER-PENSOES-SOC.GEST.FUNDOS	GLOBAL	99,87%
TOTTAURBE-EMP.ADMIN.E CONSTRUÇÕES,SA.	GLOBAL	99,87%
SANTANDER GESTAO DE ACTIVOS SGPS	GLOBAL	99,87%
TOTTA & AÇORES FINANCING,LTD	GLOBAL	99,87%
TOTTA IRELAND,PLC	GLOBAL	99,87%
TOTTA & AÇORES,INC.-NEWARK	GLOBAL	99,87%
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO,IFIC,S.A.	GLOBAL	99,98%
SANTANDER GESTÃO ACTIVOS SGFIM, S.A.	GLOBAL	99,87%
TAXAGEST, S.G.P.S., S.A.	GLOBAL	99,87%
SANTANDER TOTTA SEGUROS-COMP DE SEGUROS	GLOBAL	100,00%
SANTOTTA INTERNACIONAL, S.G.P.S.	GLOBAL	99,87%
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	GLOBAL	99,87%
BST INTERNACIONAL BANK,INC - Porto Rico	GLOBAL	99,87%
BANCO CAIXA GERAL TOTTA de ANGOLA, SARL	EQUIVALENCIA	24,96%
BENIM	EQUIVALENCIA	25,78%
PARTANG,SGPS,SA	EQUIVALENCIA	48,93%
UNICRE-Instituição Financeira de credito	EQUIVALENCIA	21,47%
HIPOTOTTA N.1 PLC/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.2 PLC/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.3 PLC/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.4 PLC/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.5 PLC/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.7 LTD/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.8 LTD/FTC	GLOBAL	0,00%
LEASETOTTA N.1 LTD/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.10 LTD/FTC	GLOBAL	0,00%
HIPOTOTTA N.11 (TAGUS)	GLOBAL	0,00%

O perímetro de consolidação prudencial refere-se à actividade bancária. Não inclui a Totta Seguros - Comp. De Seguros de Vida, SA. Esta participação é deduzida aos fundos próprios.

1.3 Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei

3. Princípios gerais de gestão de Risco

Mediante a sua filosofia de riscos o Santander Totta, facilita a implantação de uma cultura sólida de identificação, medição, análise, controlo, informação de riscos e de tomada de decisões para a gestão, impulsora desde o nível mais alto do Santander Totta e que implica toda a organização, desde a própria Direcção até às Áreas de Negócio tomadoras dos riscos.

A gestão de riscos rege-se de acordo com os seguintes princípios básicos:

- **Envolvimento da Alta Direcção:** A Comissão Executiva (CE), o Conselho Superior de Crédito (CSC) e restantes Comités delegados pela CE, estruturam-se com a finalidade de tomar as decisões em matéria de riscos, sempre que necessário em coordenação com a Comissão Delegada de Riscos do Grupo Santander. A CE e o Conselho de administração executam também as funções de supervisão global sobre os riscos tomados.

- **Independência de Funções:** O estabelecimento de funções separadas entre as Áreas de Negócio (tomadoras de risco) e as Áreas de Riscos encarregadas da medição, análise, controlo e informação de riscos proporciona a suficiente independência e autonomia para realizar um adequado controlo dos riscos.

Decisões colegiais que assegurem o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais.

Consenso das decisões sobre operações de crédito entre as Áreas de Riscos e as Comerciais.

- **Definição de Atribuições:** Cada uma das Áreas tomadoras e, no caso de, gestoras de riscos devem ter definido com clareza, os tipos de actividades, segmentos e riscos nos que pode incorrer e decisões que possam tomar em matéria de riscos, segundo poderes delegados. Também deve estar definido como se contratam, gerem e onde se contabilizam as operações.
- **Medição do risco:** A medição do risco deve considerar todas as posições de risco que se tomam em todo o perímetro de negócio e utilizar as medidas baseadas nos componentes e dimensões do risco, em todo o ciclo de vida do mesmo, para a gestão que em cada momento se leva a cabo. Esta visão integral entendida desde um ponto de vista qualitativo concretiza-se na utilização de uma série de medidas integradoras, de que se destacam duas: Consumo de Capital em Risco e RORAC.
- **Limitação dos riscos:** Tem por objectivo limitar, de forma eficiente e compreensiva, os níveis máximos de risco que regem as distintas medidas de risco. As medidas proporcionam um conhecimento dos riscos em que se incorre e se conta com a infra-estrutura necessária para a sua gestão, controlo e informação. Visa ainda garantir que não se incorrem em tipos de risco não desejados e que o consumo de capital em função do risco, as exposições e as perdas não superam, em nenhum caso, os níveis máximos aprovados.
- **Estabelecimento de Políticas e Procedimentos de Riscos:** As políticas e procedimentos de riscos constituem o quadro normativo básico, articulado mediante circulares, quadros e normas operativas, através do qual se regulam as actividades e processos de riscos.
- **Definição e avaliação de Metodologias de Riscos:** As metodologias de riscos aportam as definições dos modelos internos de risco, aplicáveis, e portanto, precisam das medidas de risco, métodos de valorização de produtos, métodos de construção de curvas de taxas de juro e séries de dados de mercado, cálculos de consumo de capital em função do risco e outros métodos de análise de risco, assim como a respectiva calibração e contraste. As metodologias para avaliar os riscos devem ser rigorosas, sistemáticas e estar sujeitas a validação.

Estrutura e Organização

A Comissão Executiva é quem determina a estratégia do Santander Totta, delegando no CSC – Conselho Superior de Crédito, a gestão da exposição aos riscos de crédito, Concentração e Contraparte. O CSC é um órgão de decisão colegial, integrado na Área de Riscos, com as mais amplas competências para decidir e aprovar sobre matérias dos referidos riscos. A Área de Riscos acumula ainda funções de medição e controlo destes riscos, assim como dos riscos de Mercado, sendo também responsável, em coordenação com as áreas corporativas, pelo estabelecimento das políticas e procedimentos e metodologias de risco.

Os restantes riscos são geridos através de Comités próprios com poderes delegados da CE, sendo exemplo o ALCO, o Comité de Negócios, o Comité de Riscos ou o Comité de Risco Operacional e Tecnológico direccionados para a gestão dos respectivos riscos.

Paralelamente, à Área de Riscos a CE criou um Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos, a qual com resposta ao mesmo administrador, tem como principal competência assegurar a aplicação efectiva do sistema global de riscos como garantia da realização dos objectivos do sistema de controlo de supervisão em todos os riscos, financeiros e não financeiros.

Políticas de Risco

Risco de Crédito

Os pilares nos quais se baseia função de Riscos no Grupo são seis:

1. **Visão integral:** No Santander Totta a gestão do Risco de crédito realiza-se sob uma perspectiva integral, entendida como compreensão dos Riscos que afectam as actividades e sua consideração na determinação de estratégias, políticas e tomada de decisões, que se traduzem entre outras, na utilização para a gestão de medidas integradoras dos diferentes tipos de Risco. Para tal empregam-se, fundamentalmente, duas ferramentas, por um lado o Consumo de Capital em Risco e, por outro lado, o RORAC.
2. **Função global/local:** A visão do Risco é global na sua concepção e local na sua execução. A função de Riscos responde a princípios comuns e a critérios organizativos, partilhados pelas diferentes entidades do Grupo. Como apoio para a realização das funções de Riscos no âmbito local existem as normas corporativas de Riscos que actuam de guia no desempenho da função. Estas normas são os elementos centrais para comunicar às Unidades Locais os quadros de actuação definidos globalmente, reflectem os critérios e políticas de actuação para cada uma das Áreas de Riscos e estabelecem os standards de cumprimento do Grupo que devem ser aplicados em todas as unidades locais.

3. Segmentação: A segmentação dos Riscos permite classificar o Risco assumido pelo Grupo baseando-se em determinados critérios para realizar uma gestão eficiente, logrando os seguintes objectivos:

- Analisar o Risco de modo diferente de acordo com a sua tipologia.
- Avaliar melhor os rendimentos e Riscos do Grupo.
- Tomadas de decisões baseadas em informação mais adequada.
- Gerir os Riscos de forma adequada.

O Grupo definiu critérios de segmentação com base nas regulações contidas nas Normas Internacionais de Informação Financeira, concretamente a NIC 14, a circular 4/2004 do Banco de Espanha sobre “Normas de Informação Financeira Pública e Reservada e Modelos de Estados Financeiros” e o documento de “Convergência Internacional de medidas e normas de capital” do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. O Grupo também aplica processos para o tratamento dos Riscos com clientes, diferenciando clientes encarteirados e Standardizados. Por clientes encarteirados entende-se aqueles clientes aos que internamente se afectou um analista de Riscos e, pelo contrário, um cliente com tratamento Standardizado é aquele que o Grupo considera não necessitar de uma tutela individual de um analista de Riscos sendo-lhe dado um tratamento de gestão em massa. O Santander Totta aplica os mesmos critérios do Grupo subordinado ao princípio de cumprimento da legislação portuguesa.

4. Ciclo de Risco: Com o objectivo de conseguir a optimização da relação Risco e Rentabilidade e a pró-actividade durante todo o ciclo creditício, diferenciam-se as fases de:

- Pré-venda: incluem as etapas de planificação e fixação de objectivos, análise e aprovação de novos produtos, estudo e classificação (de clientes e operações) e estabelecimento de limites.
- Venda: compreende a fase de Decisão.
- Pós-venda: contem os processos de Seguimento, Medição e Controlo e Gestão Recuperatória.

5. Métricas: Aspecto que se sumaria em cada um dos pontos e que têm por base a aplicação dos seguintes modelos:

Tipos de Risco	Modelos
- Crédito	- Modelo IRB-Advanced
- Mercado	- Modelo VaR
- Operacional	- Método do Indicador Básico
- Liquidez	- Modelo VaR
- Negócio	- Modelo baseado nos Gastos Gerais e Administrativos

6. Meios: Para além das métricas, e como último pilar, a Função de Riscos necessita alcançar-se em dois aspectos fundamentais:

Tecnologia adequada, tanto em termos de dados como de ferramentas de exploração da informação e específicas de Riscos.

Recursos humanos especializados, flexíveis e com alta capacidade analítica.

Risco de Mercado

A Área de Riscos de Mercado é a responsável de identificar, medir, controlar, analisar e gerir os Riscos de mercado, vigiando que os Riscos assumidos coincidam com a disposição ao Risco estabelecida pela Comissão Executiva em coordenação com a Comissão Delegada de Riscos do Grupo. Área de Riscos de Mercado está incumbida de consolidar as posições de Risco de todo o perímetro de negócio sujeito a Riscos de mercado, informando a Alta Direcção, as Áreas de Negócio e as entidades externas sobre a exposição aos Riscos de mercado.

Também se realiza por parte desta Área, a análise das propostas de limites, das propostas de Risco de tomada firme (MRA), de operações intragrupo Santander (excluindo dentro do perímetro Santander Totta, as anuais competem à Área Financeira), das tendências das posições de risco de mercado e dos resultados, etc.

Adicionalmente, outras políticas aplicáveis ao risco de mercado seriam:

- Garantir a fiabilidade dos preços de valorização das posições utilizadas.
- Existência de planos de contingência aplicáveis perante determinadas situações extraordinárias.
- Assegurar a razoabilidade das informações de VaR e resultados mediante a realização de análise de contraste das medidas de VaR.

Dentro das suas atribuições, a Área de Riscos de Mercado (em diante, RM) também contempla, especificamente, o procedimento de aprovação de novos produtos. Considera-se como novo produto sempre que não esteja expressamente contemplado na lista de produtos e prazos autorizados (APS), estabelecidos anualmente por RM.

Nas carteiras de Negociação incluídas no modelo podem encontrar-se depósitos (tomados e emprestados) resultantes da actividade de clientes. Estes produtos não se contabilizam a mercado, mas são incluídos dentro do modelo de risco de mercado, dado que são utilizados para a carteira de negociação.

As posições de Risco em função da sua natureza estão coordenadas por Áreas de Negócio diferentes dentro do Santander Totta (Rates, Equity e Financeira). A catalogação dentro de um tipo de intenção de Risco ou outro não depende do tipo de instrumento e da finalidade com que são adquiridas:

- Carteira de negociação. Sob este título é incluída a actividade de Serviço Financeiro a clientes (segmentos Institucional, Maiorista e Minorista). É constituída por posições que procuram beneficiar dos movimentos de mercado a curto prazo e servir de contrapartida aos clientes na contratação de produtos como derivados, obrigações e acções. Inclui ainda a Tesouraria Proprietária constituída por posicionamentos de maior horizonte temporal através de produtos de rendimento fixo, variável e divisa

Por definição, desde o ponto de vista de Negócio e de Riscos, todas as posições tomadas pelas direcções de rates e Equity são posições de negociação. A catalogação de posições como de investimento obedece exclusivamente a situações pontuais, por razão de normativa ou para evitar assimetrias entre resultados contabilísticos e de Gestão.

- Gestão de balanço: O risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e repricing de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a tomada de posições em carteira pela Dir. Financeira para proteger a margem e a gestão activa do risco de crédito inerente ao balanço do Santander Totta. Esta actividade é incluída no perímetro de seguimento dos Comités de Activos e Passivos (em diante, Comité ALCO).

- Posições de investimento ou negociação mantidas basicamente para a Gestão da liquidez ou coeficientes. A gestão das posições resulta de instruções da Dir. Financeira que têm por objectivo manter posições de Risco imateriais.

Risco Operacional

O Risco Tecnológico e Operacional é definido como “o risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Trata-se, no geral, de eventos que têm uma origem puramente operativa, o que os diferencia dos riscos de mercado ou de crédito, embora também se incluam riscos externos, tais como catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do RTO assenta na identificação, medição / avaliação, controlo / mitigação, e informação desse risco.

A prioridade é, portanto, identificar e eliminar focos de risco, independentemente de terem, ou não, produzido perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na Gestão do Risco Operacional.

Para o cálculo de capital regulatório por risco operacional, o Grupo considerou conveniente optar numa primeira fase pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II, tendo o Santander Totta apresentado já a sua candidatura para passar do actual Método do Indicador Básico ao Método Standard. O Grupo está avaliando o momento mais adequado para encarar a utilização de modelos mais avançados (AMA) .

Risco de Taxa de Juro Estrutural

O Santander Totta realiza diversas análises para controlar o impacto de variações dos taxa de juro (análise de sensibilidade da Margem Financeira e do Valor Patrimonial, análise do VaR, VaE, etc.).

A Gestão do Risco de taxa de juro aborda-se desde dois pontos de vista:

- Por um lado, o efeito das variações de taxas de juro nos produtos estruturados detidos pelo Banco é gerido pela Tesouraria - Rates.
- Por outro lado, no caso do Risco estrutural é a Gestão Financeira quem realiza a Gestão, com base nos acordos tomados nos Comités de Activos e Passivos (adiante, Comité ALCO).

A Gestão de ALM é independente das Áreas Comerciais e de Tesouraria, tanto em Gestão como em execução, e fica sujeita às decisões tomadas pelo ALCO, no qual participam os órgãos directivos máximos.

Risco de Liquidez

A Liquidez Estrutural compõe-se das origens e aplicações de fundos tanto a longo prazo (incluindo todas as posições que não possuem um vencimento contratual ou não estão determinadas no tempo a sua origem ou aplicação como depósitos à ordem, linhas de crédito, avales, etc.) como as de curto prazo de carácter permanente.

A liquidez operativa ou de curto prazo é gerida pela área de gestão de liquidez e objecto de seguimento por parte de Riscos de Mercado.

O Risco de liquidez pode-se definir como a probabilidade de incorrer nas perdas ao não dispor de recursos líquidos suficientes para cumprir com as obrigações assumidas, de não poder liquidar os activos no mercado a preços razoáveis. É um objectivo do Santander Totta a Gestão activa e antecipada da sua Liquidez Estrutural como um mecanismo imprescindível para assegurar permanentemente o financiamento dos seus activos em condições óptimas. A sua liquidez operativa a curto prazo influencia a estrutura de financiamento do Balanço, e como tal, é parte da Liquidez Estrutural.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, variante de risco de crédito latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

Sendo este o principal risco incorrido com instituições financeiras, consideram-se para este efeito todas as exposições com as mesmas (incluindo quaisquer outras transacções que não as referidas anteriormente).

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Risco Tecnológico

O Modelo de Controlo Interno implementado no Banco Santander Totta tem como objectivos críticos garantir o bom funcionamento e a gestão adequada dos sistemas de informação. Neste contexto, a infra-estrutura e as tecnologias de informação desempenham um papel fundamental em todos os processos da actividade do Banco, tanto ao nível da informação de negócio como nas actividades de suporte.

O Modelo de Controlo Interno está estruturado em actividades, que por sua vez, englobam vários Processos Críticos. Uma dessas actividades é a Actividade de "Sistemas", que se decompõe num conjunto de Processos sendo estes constituídos por vários Sub-processos que contemplam os controlos gerais aplicados sobre os sistemas Informáticos.

Risco de Negócio

O Risco de Negócio é o que se deve a mudanças no enquadramento competitivo, ou a eventos que prejudicam o normal desenvolvimento do Negócio ou directamente a sua estrutura, mas não é risco de mercado, de crédito ou de evento. Por isso considera-se Risco residual. Normalmente a flutuação chega desde uma variação dos volumes intercambiados, dos preços ou dos custos.

A influência do Risco financeiro nas instituições deve-se à volatilidade do benefício, mas também depende em grande medida dos custos. Por isso, intuitivamente, quanto maiores são os gastos (particularmente a proporção fixa) maior tem que ser a influencia do Risco de Negócio.

Risco Reputacional

O Santander Totta em consonância com o Grupo Santander em que se enquadra, considera especialmente relevante que toda a sua actividade, nos diversos domínios em que se concretiza, seja orientada por elevados padrões de ética e se conforme com as melhores práticas de mercado, em ordem a justificar a confiança pública dos clientes e demais entidades com quem se relaciona, e assim garantir uma percepção geral de credibilidade, honorabilidade, fiabilidade, e bom nome e imagem.

Em síntese, o Santander Totta tem a consciência de que a boa reputação constitui um sinal indeclinável de prestígio e um factor preponderante de afirmação e de distinção no mercado.

Neste contexto, constitui preocupação fundamental a identificação, gestão e controlo do risco reputacional.

Correlações entre os Riscos

No modelo corporativo de riscos capital económico os diferentes riscos têm sensibilidades diferentes para um mesmo conjunto de factores macroeconómicos (evolução do PIB, índices de acções, taxa de juros, preços da habitação, taxa de desemprego e um factor latente ou risco sistémico presente em todos os riscos e que aumenta sua correlação), dependendo ainda de um factor de risco específico. Através de simulação de Monte Carlo destas variáveis macroeconómicas e dos factores específicos são obtidas distribuições de perda para cada um dos vários riscos no horizonte de um ano. Através da soma destas distribuições individuais são obtidas distribuições de perda para cada uma das unidades de negócio, como o Santander Totta, e para o total do Grupo Santander. O capital afecto é o percentil 99,95% da distribuição de perdas, retirando a perda esperada, uma vez que esta já é se considera coberta pelas provisões, destinando-se o capital a cobrir as perdas inesperadas.

O capital total leva em conta a diversificação entre diferentes unidades de negócios e dentro de cada unidade de negócios, entre outros riscos, devido à estrutura de correlações entre os factores macroeconómicos e as sensibilidades de cada risco aos diversos factores macro.

O modelo de capital económico cobre perdas para os riscos de crédito (incluindo o risco de concentração em carteiras para grandes empresas), de mercado para as carteiras de negociação, cambiais e de activos de renda variável no balanço, de risco de taxa de juro no balanço ou ALM, de risco do negócio (estrutura de custos) e para risco operacional.

As correlações entre os riscos utilizadas são as seguintes:

Correlações entre os riscos						
Tipo de Risco	Credito	Mercado	ALM	Negócio	Operacional	Activos Fixos
Credit	100,0%	86,2%	60,7%	89,1%	59,1%	81,1%
Market		100,0%	49,2%	88,2%	49,2%	77,6%
ALM			100,0%	51,2%	40,5%	55,1%
Business				100,0%	52,7%	79,4%
Operational					100,0%	46,6%
Tangible Assets						100,0%

Esta matriz de correlação entre os riscos não é fixa, constituindo um output dos resultados do modelo em função das perdas por cada tipo de risco (hipotecas, consumo, negócios, ALM, trading, operacional, etc) para os factores macroeconómicos e um factor latente, factor sistémico, que procura capturar um crescimento económico mundial ou um factor que afecta todos os riscos aumentando a correlação entre eles.

Sistemas de Informação de Gestão de Riscos

O Santander Totta utiliza na gestão dos vários tipos de risco as seguintes ferramentas:

Riscos	Principais ferramentas de gestão			
CRÉDITO	TRIAD / AQUA / TF SINTRA /	STRATEGYWARE / NILO / PARTENON /	RATING EMPRESAS / MAGICO / MOTOR CALCULO BIS II /	KGL GSI
MERCADO	AIRE /	SIGOM /	MUREX	
OPERACIONAL	PARTENON /	SIGOM /	TF SINTRA	
ALM / TAXA JURO	BANCWARE /	AIRE		
NEGOCIO	PARTENON /	TF SINTRA /	MIS	
LIQUIDEZ	BANCWARE /			

Na gestão do risco de crédito utilizam-se ferramentas de scoring (TRIAD/STRATEGYWARE), rating (AQUA/RATING EMPRESAS e MAGICO), contraparte institucional (KGL) e controlo de posição. As quais são parcialmente partilhadas pela área de negócio, a qual dispõe adicionalmente da ferramenta de controlo de performance (MIS).

Na gestão do risco de mercado utilizam-se ferramentas de controlo de posições e de cálculo do VaR, tal como nos riscos estruturais de taxa de juro e liquidez, os quais são complementados pelo (BANCWARE - SUNGARD) vocacionado para submeter o balanço a vários cenários alternativos.

A gestão de risco operacional é efectuada maioritariamente em ambiente (TF SINTRA ou SIGOM) as quais são as principais plataformas de workflow e registo de operações.

Políticas de Cobertura

Em relação ao risco de taxa de juro da carteira bancária o perfil de risco é bastante conservador. A cobertura pode ser efectuada recorrendo a instrumentos derivados ou de balanço. As coberturas efectuadas podem ter um enquadramento contabilístico de justo valor e/ou fluxos futuros e os testes a efectuar seguem as normas IAS vigentes.

Os instrumentos derivados transaccionados são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor. Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Santander Totta utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:

- . Identificação do instrumento de cobertura;
- . Identificação do elemento coberto;
- . Identificação do tipo de risco coberto; e
- . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.

- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e - Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura. A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O Santander Totta tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

Adicionalmente, o Santander Totta tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Anexo III – Adequação de Capitais

As regras em matéria de fundos próprios encontram-se definidas no Aviso n.º 06/2010, de 31 de Dezembro, do Banco de Portugal.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente à adequação de capitais são:

1.1. No que respeita as principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, há a referir o seguinte:

a) capital realizado – Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da Santander Totta, SGPS, S.A. (ST SGPS) estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2010		2009	
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85	1.969.960	1.969.960
Outros	275.052.987	0,14	2.751	2.751
Acções próprias	25.137.627	0,01	251	251
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00</u>	<u>1.972.962</u>	<u>1.972.962</u>

O capital elegível em Tier 1 é de mEuros 1.972.448 deduzindo o valor das acções próprias (mEuros 514).

b) interesses minoritários elegíveis – O valor das participações de terceiros em empresas do Santander Totta em 2010, que exclui mEuros 4.708 de resultado de exercício de interesses minoritários, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2010	2009
	Balanço	
Acções preferenciais BST Porto Rico	267 989	248 523
Acções preferenciais TAF	300 000	300 000
Outros	-1 897	35 357
	<u>566 092</u>	<u>583 881</u>

A diminuição de mEuros 17.789 está relacionada com a operação de venda de 1% adicionais da participação na Partang, SGPS, S.A. que passou a deter 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola e a ser tratada pelo método de equivalência patrimonial (-mEuros 37.254) e a apreciação do dólar que impactou positivamente no valor em euros das preferenciais de Porto Rico (+mEuros 19.465), entre outros aspectos. O valor de -mEuros 1.897 deve-se a um adiantamento aos interesses minoritários dos resultados do próprio ano que lhes estão atribuídos, aquando do exercício pela Caixa Geral de Depósitos da opção de 1% sobre a Partang. Apesar das acções preferenciais emitidas pelo Santander Totta serem instrumentos perpétuos com possibilidade de exercício de uma “call option” a partir do 10.º ano, associada a um “step-up”, e se encontrarem limitadas a 20% dos fundos próprios de base, foram integralmente elegíveis em Tier I (mEuros 567.989).

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base – Em 31 de Dezembro de 2010, entre outros elementos elegíveis aos fundos próprios de base, há a referir as “outras reservas e resultados transitados” no valor de mEuros 551.615 a que acresce o valor de mEuros 85.493 de “impacto na transição para as NICs” relacionado com ajustes de pensões e outros benefícios dos trabalhadores a diferir no tempo. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir impostos diferidos (mEuros 88.723), o excesso do corredor (mEuros 141.188), as imobilizações incorpóreas (mEuros 76.156), as menos valias de títulos de capital da carteira disponível para venda (mEuros 0.093), diferenças de câmbios de anos anteriores (mEuros 3.738) e as participações em ACEs (mEuros 4.778). Em virtude da redução nos passivos subordinados ocorrida em 2010 (comentada na alínea d)), as deduções de

participações em instituições de crédito / instituições / seguradoras superiores a 10% num total de mEuros 112.784 e deduções relativas à insuficiência de correcções de valor e de “provisões” face à perda esperada das posições ponderadas pelo risco através do Método das Notações Internas num total de mEuros 176.856 em Tier I foram superiores a 50% dos respectivos valores. Em particular, as deduções em Tier I de participações atingiram mEuros 100.268 e as relativas à insuficiência de provisões mEuros 157.230, totalizando mEuros 257.498. O aumento das deduções das participações deveu-se essencialmente ao incremento no valor das participações na Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e Partang, SGPS, S.A. – que gere a participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola – que passaram a ser tratadas pelo método de equivalência patrimonial.

- d) passivos subordinados e reservas de reavaliação – Em 31 de Dezembro de 2010 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios da ST SGPS incluem mEuros 31.998 de passivos subordinados perpétuos, de acordo com o seguinte detalhe:

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão		Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Balanço			
		Consolidado 1/			
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4 275		Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
- Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	27 724		Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		<u>31 998</u>			

1/ Actividade bancária.

Em 2010, foram amortizados mEuros 13.868 das Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000. Por outro lado, o BST procedeu ao reembolso antecipado do Programa EMTN emitido pela Sucursal de Londres no montante de mEuros 300.000. Os mEuros 31.998 dos passivos subordinados acrescidos de mEuros 143 de reservas de reavaliação positivas foram totalmente absorvidos pelas deduções em participações (mEuros 12.516) e pela insuficiência de provisões face à perda esperada em carteiras IRB (mEuros 19.626).

- 1.2.** O processo de planeamento de capital e respectivos testes de esforço estão implementados ao nível consolidado e têm como objectivo testar anualmente a adequação do capital actual e futuro, perante cenários económicos muito adversos ainda que plausíveis. Partindo da situação inicial do Santander Totta (definida pelo seu balanço, a sua base de capital e os seus rácios de capital), são estimados impactos na sua base e requisitos de capital para diferentes cenários obtendo-se projecções da solvência do Grupo para um período de três anos.

Deste modo, o Santander Totta poderá antecipar situações de debilidade e planeará, caso seja necessário, políticas de gestão activa de capital que permitirão otimizar tanto a situação de solvabilidade do banco como o próprio retorno do capital.

O processo implementado, oferece uma visão integral do capital do Grupo, para o horizonte temporal analisado (três anos) e em cada um dos enquadramentos de negócio definido, incorporando na dita análise as seguintes medidas de capital:

Capital regulatório: obtêm-se consumos em Bis II, de acordo com o calendário de integração progressiva das várias carteiras do Grupo a modelos internos.

Capital económico: consistente com a metodologia corporativa de agregação de riscos, e com o nível de rating estabelecido pelo Conselho de Administração do Grupo, equivalente a um intervalo de confiança de 99,95% (este objectivo pode ser revisto quando o Conselho ache conveniente). Reflecte o perfil de risco do Grupo e incorpora os benefícios da diversificação das unidades de negócio e dos diferentes tipos de risco.

A estrutura do processo de planificação de capital resume – se no seguinte gráfico:



O processo de planificação de capital é implementado a nível consolidado e é uma ferramenta estratégica para o Grupo, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base através do crescimento orgânico das diferentes unidades de negócio
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo
- Identifica as áreas de melhoria
- Facilita a Comunicação com o mercado

2. Modelo “Adequação de Capitais”

2.1. Para efeitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1		
	Dez/10	Dez/09
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	2 592 740	2 878 583
1.1. Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	2 859 788	2 724 938
1.1.1. Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	1 972 448	1 972 448
1.1.1.1. Capital realizado	1 972 962	1 972 962
1.1.1.2. (-) Acções próprias	-514	-514
1.1.1.3. Prémios de emissão		
1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital		
1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	882 781	718 073
1.1.2.1. Reservas	316 782	148 247
1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis	566 092	580 345
1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	-93	-10 519
1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais		
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)	85 493	114 322
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)	85 493	114 322
1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-80 933	-79 905
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-76 156	-73 763
1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	-4 778	-6 141
1.2. Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	32 141	349 535
1.2.1. Fundos próprios complementares - <i>Upper Tier 2</i>	32 141	49 535
1.2.2. Fundos próprios complementares - <i>Lower Tier 2</i>	0	300 000
1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares	-289 640	-186 789
1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base	-257 498	-93 395
1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios complementares	-32 141	-93 395
1.5. Deduções aos fundos próprios totais	-9 550	-9 101
1.4. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.6. Por memória		
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas	-176 856	-136 251
1.6.1.1. Montante de provisões no método das Notações Internas	398 030	377 164
1.6.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas	-574 886	-513 415
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	31 998	345 866
1.6.3. Requisito mínimo de capital social		
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	2 769 595	3 014 834

Unidade: mEuros

2.2. Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

Como foi referido no Relatório de Disciplina de Mercado de 2009, no ponto 1.1 alínea c) do Anexo III, a partir de Junho de 2009, a ST SGPS passou a adoptar um método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método das Notações Internas (IRB) para algumas carteiras do Banco Santander Totta e Banco Santander Negócios (instituições, empresas, hipotecas/habituação e resto retail-parcial) e o método Padrão para outras (soberano, cartões e resto retail-parcial). As carteiras das restantes filiais, nomeadamente da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, SA e Totta Ireland, PLC, permaneceram em método Padrão.

A partir de Dezembro de 2010, a ST SGPS passou a adoptar um método misto para o risco de mercado. Para as carteiras do Grupo Santander Totta sediadas em Portugal e em Porto Rico – abrangendo, também, em base individual, o Banco Santander Totta S.A (excluindo a sucursal de Londres) -, a ST SGPS passou a adoptar o modelo interno para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos geral de posição, cambial e de mercadorias, à excepção de um número reduzido de posições para as quais se manteve o método Padrão.

A partir de Dezembro de 2010, a ST SGPS passou a adoptar um método misto para o risco de mercado. Para as carteiras do Grupo Santander Totta sediadas em Portugal e em Porto Rico – abrangendo, também, em base individual, o Banco Santander Totta S.A (excluindo a sucursal de Londres) -, a ST SGPS passou a adoptar o modelo interno para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos geral de posição, cambial e de mercadorias, à excepção de um número reduzido de posições para as quais se manteve o método Padrão.

No âmbito do método de Notações Internas, e relativamente à classe “Carteira de retalho”, os mapas das classes de risco “Retalho_Posições garantidas por hipotecas (habituação)” e “Retalho_SME” do Anexo V – C apresentam os montantes da posição ponderada pelo risco na coluna 5., o que pensamos satisfazer as necessidades de maior detalhe sobre os consumos deste segmento.

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS - PARTE 2

	Dec-10	Dec-09
2. Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	1,948,409	2,112,336
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (=2.1.1+2.1.2)	1,730,808	1,813,181
2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)	444,361	544,408
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização	377,831	432,584
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	9,765
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	14,430	4,286
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	37,788	26,131
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	130,642	145,698
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	120,982	130,085
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	22,546	20,894
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	2,603	2,557
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0
2.1.1.1.14. Outros elementos	48,842	93,168
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	66,530	111,824
2.1.2. Método das Notações Internas (=Σ(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	1,286,448	1,268,774
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão		
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais		
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições		
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas		
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	1,027,490	999,993
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	15,877	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	46,593	40,383
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	806,402	805,246
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	158,617	154,363
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	258,958	268,781
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)	33,373	124,539
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	32,360	124,539
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	15,444	34,708
2.3.1.2. Títulos de capital	16,916	89,659
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	172
2.3.2. Método dos Modelos Internos	1,013	
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	184,228	174,616
2.4.1. Método do Indicador Básico	184,228	174,616
2.4.2. Método <i>Standard</i>		
2.4.3. Métodos de Medição Avançada		
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas		
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios		

Unidade: mEuros

2.3. Para efeitos de adequação de capitais:

ADEQUAÇÃO DE CAPITALS - PARTE 3

	Dec-10	Dec-09
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	644,330	766,247
Rácio de Solvabilidade (%)	10,6%	10,9%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro		

Unidade: mEuros

A gestão prudente do balanço permitiu ao Grupo Santander Totta um reforço do Core Capital de 8,3% em 2009 para 9,4% em 2010 e do Tier I de 10% para 10,7%, respectivamente. Com a amortização antecipada de empréstimos subordinados, o rácio de adequação de fundos próprios desceu de 10,9% em Dezembro de 2009 para 10,6% em Dezembro de 2010.

Incorporando o resultado líquido do ano com um pay-out de 50%, o Core Capital sobe de 9,2% em 2009 para 10,3% em 2010 e o Tier I de 11% para 11,2%, respectivamente.

Anexo IV – Risco de Crédito de Contraparte

Por risco de risco de crédito de contraparte entende-se o definido na Parte 1 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito de contraparte são:

1.1. O Risco Equivalente de Crédito (REC) é a medida interna utilizada para o cálculo de exposições sujeitas a risco de crédito de contraparte. Corresponde à soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte a estimativa interna do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. Obtido o cálculo do REC, as exposições sujeitas a risco de contraparte são tratadas de forma equivalente (como o nome indica) às demais exposições de risco de crédito, nomeadamente no que concerne ao cálculo de capital interno. Os limites aplicáveis às referidas exposições são estabelecidos em termos de REC (montante máximo) e prazos máximos, condicionados pelos limites globais/consolidados para o total das exposições de crédito (também por montante e prazo) com determinado cliente ou grupo de clientes. Estes limites são revistos e actualizados com periodicidade no máximo anual. A fixação e controlo de limites são levados a cabo por departamentos independentes das áreas de negócio, sob o pelouro de Riscos da Instituição. O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

1.2. Para a redução do Risco de Crédito Contraparte o Banco Santander mantém como política a aceitação em exclusivo de colateral constituído por numerário (depósitos ou instrumentos equivalentes). Para o efeito, são formalizados acordos ISDA (Master Agreement) com CSA (Credit Support Annex), onde se prevê a constituição de margens com revisão periódica (no máximo, semanal), calculadas sobre o valor de exposição actual (100% do Custo de Substituição). O Risco Potencial é ajustado em função do prazo de revisão e reposição de colateral, de acordo com os coeficientes definidos para o referido prazo, para os tipos de instrumentos em causa. O cálculo do risco ajustado é feito de forma automática pelo sistema de controlo (referido em 1.1). Subsidiariamente, para determinados clientes (nomeadamente, que não sejam contrapartes financeiras), são também utilizados contratos-quadro e contratos de penhor, análogos aos acordos acima referidos (verificando-se em todos estes casos uma obrigação unilateral do cliente em termos de constituição de colateral).

1.3. Para efeitos do cálculo dos requisitos de fundos próprios, e no âmbito do risco de crédito de contraparte dos instrumentos derivados, o Grupo Santander Totta adopta o Método de Avaliação ao Preço de Mercado (*Mark-to-Market*) previsto na Parte 3 do Anexo V do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007. Ao valor da posição em risco assim apurado é aplicado o ponderador de risco associado ao grau de qualidade de crédito identificado de acordo com a Parte 2 do Anexo III do mesmo Aviso, no âmbito do método Padrão.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2. Modelo “Risco de Crédito de Contraparte”

Com a adopção do método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método das Notações Internas (IRB) para algumas carteiras e o método Padrão para outras (soberano, cartões e resto retail-parcial), a partir de Junho de 2009, a maioria dos instrumentos derivados geram consumos pelo método das Notações Internas.

2.1. Para efeitos do método Padrão:

RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (MÉTODO PADRÃO)					
	Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original líquida (a)	Valor da posição em risco totalmente ajustado	Montante da posição ponderada pelo risco	
				Dez/10	Dez/09
	1	2	3	4	
Operações de recompra, contracção/concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de empréstimo com imposição de margem					
Instrumentos derivados					
Administrações centrais ou bancos centrais					
Administrações regionais ou autoridades locais					
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos					
Bancos multilaterais de desenvolvimento					
Organizações internacionais					
Instituições	0		0	0	7 459
Empresas					
Carteira de retalho					
Posições com garantia de bens imóveis					
Elementos vencidos					
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado					
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público					
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)					
Outros elementos					
Compensação contratual multiproduto					

(a) Efeito de substituição na posição em risco, correspondente ao líquido entre "saídas" e "entradas".

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

Em 2010, não foi reportado risco de crédito de contraparte para derivados de cobertura no âmbito do método Padrão.

1.1. Para efeitos do método das Notações Internas:

RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS)					
	Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original (a)	Valor da posição em risco	Montante da posição ponderada pelo risco	
				Dez/10	Dez/09
	1	2	3	4	5
Operações de recompra, contracção/concessão de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de liquidação longa e operações de empréstimo com imposição de margem					
Instrumentos derivados	160 748		160 748	26 453	205 339
Compensação contratual multiproduto					

(a) Efeito de substituição na posição em risco, correspondente ao líquido entre "saídas" e "entradas".

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

O risco de crédito de contraparte para derivados de cobertura diminuiu em volume e activos ponderados de risco, nomeadamente em operações fechadas com o Banco Santander SA.

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos Gerais

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de crédito são:

1.1. Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento” – Para efeitos contabilísticos, o Santander Totta classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos do manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida. A definição de “crédito objecto de imparidade” consta da secção “imparidade” do ponto 1.3. intitulado “Resumo das principais políticas contabilísticas” (alínea c)) do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. A definição de “crédito em incumprimento” consta da Instrução n.º 16/2004 subordinada ao tema “qualidade de crédito”.

1.2. Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões –

Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Santander Totta considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Santander Totta considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objectivo de imparidade.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade, de acordo com a Norma IAS 37.

1.3. Tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade

Imparidade

Periodicamente, o Santander Totta analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Santander Totta segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Santander Totta efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Situações de mora com responsabilidades superiores a mEuros 75 (acompanhados por gestores de recuperações);
- Situações de incumprimento superior a 90 dias:
 - . Todas as responsabilidades superiores a mEuros 300; e
 - . Responsabilidades entre mEuros 50 e mEuros 300 que sejam acompanhadas por gestores de risco.
- Todos os clientes que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Santander Totta efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Santander Totta (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Santander Totta considerou um período de emergência de 12 meses.

Se existir evidência que o Santander Totta incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Santander Totta para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Santander Totta entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Santander Totta analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida sem que os respectivos esforços de cobrança tenham produzido efeito. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidades são totais. Para estes, o Santander Totta procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

- 1.4. Correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados** – A Nota 25 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2010 e 2009.

1.5. Risco de concentração

De acordo com as políticas definidas no Manual de Risco de Crédito, os princípios básicos de concessão de operações são os seguintes:

- a) Análise de risco do titular da operação de crédito, via atribuição de rating;
- b) Análise transaccional. Análise da estrutura da operação;
- c) Análise da estrutura de garantias afectas, sua avaliação e ponderação no rating atribuído ao cliente;
- d) Decisão em Comité respectivo. Análise do rating e operação, adopção dos critérios chave de decisão, avaliando a rentabilidade e o risco;

De referir ainda que:

i) Critérios geográficos, definição de limite - Não aplicamos restrições explícitas de carácter geográfico, tendo em conta que Portugal é um país onde não existem vincadas assimetrias geográficas que justifiquem tal limitação. Na análise de risco cross border, estão definidos centralmente limites por país (decisão de CDR)

ii) Critérios sectoriais, definição de limite - Não aplicamos critérios sectoriais explícitos. No entanto, existe um enfoque importante sobre o mercado e políticas informais de afectação de risco em sectores críticos. Admissão é muito restrita ao nível da concessão de crédito em sectores problemáticos ou possam afectar a reputação do banco.

iii) Critérios de concentração - Como princípio geral, não é aconselhável uma concentração excessiva numa carteira, seja sobre um mesmo devedor ou grupo, seja sobre o mesmo sector económico. Toda a concentração deverá ser detalhadamente estudada, partindo do princípio que em nenhum caso, um acontecimento político ou económico específico pode representar um impacto adverso significativo.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Os mapas 2. a 7. excluem informação relativa a posições em risco titularizadas, bem como o risco de crédito de contraparte de instrumentos derivados da carteira de negociação.

2. Modelo “Posições em Risco”

POSIÇÕES EM RISCO				
Classes de Risco	Posição em risco original		Posição em risco original (média ao longo do período)	
	Dez/10	Dez/09	2010	2009
Administrações centrais ou bancos centrais	6 630 995	3 395 774	6 730 434	2 297 581
Administrações regionais ou autoridades locais	360 762	267 863	690 080	459 687
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos				
Bancos multilaterais de desenvolvimento				
Organizações internacionais				
Instituições	3 795 698	5 013 847	4 386 840	4 285 956
Empresas	18 666 697	19 273 711	16 656 942	16 860 497
Carteira de retalho	6 174 707	6 451 895	7 678 955	7 805 428
Posições com garantia de bens imóveis	6 757 768	5 772 031	6 544 482	4 313 598
Elementos vencidos	79 788	82 328	265 801	192 837
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado				
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público				
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)				
Outros elementos	2 221 045	2 487 271	2 380 953	2 450 579
TOTAL	44 687 459	42 744 718	45 334 486	38 666 164

Unidade: mEuros

3. Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

A repartição geográfica das posições em risco reflecte a forma como o Santander Totta gere as suas actividades/exposições em termos geográficos, por exemplo, entre “Portugal” e “Outros Países”, e, em Portugal, por “Norte”, “Sul” e “Ilhas”.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO								
(em % da posição em risco original)								
Classes de Risco	Portugal / Norte		Portugal / Sul		Portugal / Ilhas		Outros	
	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Administrações centrais ou bancos centrais	0,0%	0,0%	7,8%	7,7%	0,0%	0,0%	7,1%	0,3%
Administrações regionais ou autoridades locais	0,0%	0,0%	0,7%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos								
Bancos multilaterais de desenvolvimento								
Organizações internacionais								
Instituições	0,6%	0,6%	4,5%	7,8%	0,1%	0,1%	3,3%	3,3%
Empresas	10,6%	6,7%	29,1%	27,9%	0,8%	0,4%	1,3%	10,1%
Carteira de retalho	5,5%	6,9%	8,0%	5,7%	0,3%	0,3%	0,0%	2,1%
Posições com garantia de bens imóveis	6,5%	5,4%	7,6%	7,8%	0,3%	0,2%	0,7%	0,0%
Elementos vencidos	0,1%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado								
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público								
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)								
Outros elementos	0,0%	0,0%	5,0%	4,6%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
% do total da posição em risco original	23,3%	19,7%	62,8%	62,3%	1,5%	1,1%	12,4%	16,9%

4. Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”

A repartição das posições em risco por sector económico tem em consideração a repartição sectorial adoptada nas Estatísticas Monetárias e Financeiras, bem como a repartição adoptada pelo Grupo Santander em Espanha.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO
(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	Sector Público		Particulares		Energia		Construção		Indústria		Serviços		Outros	
	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Administrações centrais ou bancos centrais	14,8%	7,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Administrações regionais ou autoridades locais	0,8%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos														
Bancos multilaterais de desenvolvimento														
Organizações internacionais														
Instituições	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,5%	11,7%	0,0%	0,0%
Empresas	0,5%	0,5%	1,8%	0,2%	2,4%	2,5%	7,4%	7,4%	6,5%	4,4%	23,0%	29,6%	0,2%	0,3%
Carteira de retalho	0,0%	0,0%	8,5%	8,6%	0,0%	0,0%	0,6%	0,7%	0,7%	1,1%	3,8%	4,3%	0,2%	0,2%
Posições com garantia de bens imóveis	0,0%	0,0%	14,0%	12,5%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,9%	0,9%	0,1%	0,1%
Elementos vencidos	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado														
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público														
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)														
Outros elementos	0,8%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%	5,3%	0,0%	0,0%
% do total da posição em risco original	16,9%	9,4%	24,4%	21,4%	2,4%	2,6%	8,1%	8,2%	7,3%	5,7%	40,4%	51,9%	0,5%	0,6%

1. Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE

		Posições em risco vencidas		Posições em risco objecto de imparidade		Correcções de valor e Provisões	
		Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Total das posições:		349 589	252 483	25 775 834	24 409 897	442 014	378 269
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:	Sector Público	1	1	976 904	391 501	74	115
	Particulares	205 226	145 817	7 807 030	6 958 534	204 509	195 081
	Energia	627	218	1 239 681	1 177 166	2 223	1 650
	Construção	57 945	33 343	2 806 266	2 602 770	63 469	37 366
	Indústria	12 966	11 798	2 343 609	2 213 023	33 540	32 810
	Serviços	67 190	58 626	10 412 642	9 488 077	131 213	105 901
	Outros	5 634	2 679	189 701	1 578 826	6 985	5 347
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas:	Portugal / Norte	132 308	91 627	6 673 457	9 964 665	159 340	145 704
	Portugal / Sul	212 429	154 160	15 971 541	10 373 679	264 076	212 270
	Portugal / Ilhas	4 830	1 142	419 908	420 929	8 765	9 304
	Outros	22	5 554	2 710 928	3 650 625	9 833	10 992

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais.

Unidade: mEuros

2. Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES

Correcções de Valor e Provisões	Dez/10		Dez/09	
	Correcções de valor	Provisões	Correcções de valor	Provisões
Saldo inicial	374 958	29 414	402 425	28 537
Dotações	203 078	14 132	132 090	11 152
Utilizações	-70 267	0	-60 958	0
Reposições/Anulações	-86 131	-9 972	-123 582	-6 217
Outros ajustamentos:				
- Ajustamentos por diferenças cambiais	622	53	161	13
- Transferências de provisões	0	0	0	0
- Combinações de actividades	0	0	0	0
- Aquisições e alienações de filiais	-2 464	-633	0	0
- Outros	0	0	0	0
Saldo final	419 796	32 994	350 135	33 485

Unidade: mEuros

3. Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL								
(em % da posição em risco original)								
Classes de Risco	VR < 1 ano		1 ano < VR < 5 anos		5 anos < VR < 10 anos		VR > 10 anos	
	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Administrações centrais ou bancos centrais	2,6%	2,4%	8,2%	5,5%	4,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Administrações regionais ou autoridades locais	0,8%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos								
Bancos multilaterais de desenvolvimento								
Organizações internacionais								
Instituições	2,8%	6,2%	1,6%	2,5%	0,1%	0,8%	4,0%	2,2%
Empresas	22,1%	21,5%	10,9%	15,7%	2,4%	3,3%	6,3%	4,7%
Carteira de retalho	7,3%	7,4%	4,1%	5,0%	1,2%	1,6%	1,2%	1,1%
Posições com garantia de bens imóveis	0,2%	0,1%	0,3%	0,3%	0,8%	0,6%	13,8%	12,5%
Elementos vencidos	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado								
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público								
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)								
Outros elementos	0,8%	3,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%	2,6%
em % do total da posição em risco original	36,7%	41,6%	25,3%	28,9%	8,6%	6,4%	29,4%	23,1%

VR: Vencimento residual.

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

Por método Padrão entende-se o método previsto nos artigos 10.º a 13.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Identificação das agências de notação externa (ECAI – *External Credit Assessment Institutions*) e das agências de crédito à exportação (ECA – *Export Credit Agencies*) – No âmbito da Instrução n.º 10/2007, e para as posições em risco sobre empresas, o Grupo Santander Totta baseia os coeficientes de ponderação de risco na avaliação externa do risco de crédito produzida pelas seguintes agências de notação externa: *Standard & Poor’s Ratings Services* (S&P), *Moody’s Investors Services* (Moody’s) e *Fitch Ratings* (Fitch). O tratamento das avaliações de crédito é feito de acordo com o previsto na Parte 4 do Anexo III do Aviso n.º 5/2007. No que respeita às posições em risco sobre administrações centrais ou bancos centrais e, consequentemente, sobre instituições, o Santander Totta consulta as avaliações de ratings externos das agências referidas acima e procede de acordo com o previsto no parágrafo 1.1 da Parte 2 do Anexo n.º 5/2007.

1.2. Processo utilizado para afectar as avaliações de risco dos emitentes ou das emissões aos elementos incluídos na carteira bancária – À data de 31 de Dezembro de 2010, não existem as emissões referidas.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

O modelo abrange os riscos de crédito (excluindo o relativo a posições em risco titularizadas), de crédito de contraparte (instrumentos derivados de cobertura) e de entrega.

2. Modelo “Método Padrão”

MÉTODO PADRÃO										
		Ponderadores de Risco							TOTAL	
		0%	10%	20%	50%	75%	100%	150%	35%	
1. Posição em risco original por classe de risco:	Administrações centrais ou bancos centrais	6 630 995			360 762					6 630 995
	Administrações regionais ou autoridades locais									360 762
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos									0
	Bancos multilaterais de desenvolvimento									0
	Organizações internacionais									0
	Instituições	634 824		192 018	917 066		542 399		0	2 286 307
	Empresas			0	31 170		2 354 183			2 385 353
	Carteira de retalho					5 040 986				5 040 986
	Posições com garantia de bens imóveis				42 075		276 189		30 942	349 206
	Elementos vencidos						75 014	4 774		79 788
	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado									0
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público									0	
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)									0	
Outros elementos	1 061 195		111 481			0	1 048 370		2 221 045	
TOTAL posições em risco original:	8 327 014	0	303 499	1 351 073	5 040 986	4 296 154	4 774	30 942	19 354 443	
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	Administrações centrais ou bancos centrais	7 263 869			360 743					7 263 869
	Administrações regionais ou autoridades locais									360 743
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos									0
	Bancos multilaterais de desenvolvimento									0
	Organizações internacionais									0
	Instituições	577 888		191 113	865 355		0		0	1 634 356
	Empresas			0	30 858		1 603 364			1 634 222
	Carteira de retalho					1 977 313				1 977 313
	Posições com garantia de bens imóveis				34 125		254 419		29 536	318 080
	Elementos vencidos						26 176	4 239		30 414
	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado									0
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público									0	
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)									0	
Outros elementos	1 061 195		111 481			0	588 234		1 760 910	
TOTAL posições em risco:	8 902 953	0	302 594	1 291 082	1 977 313	2 472 193	4 239	29 536	14 979 909	
3. TOTAL posições ponderadas pelo risco (a):	0	0	60 519	645 541	1 482 985	2 472 193	6 358	10 337	4 677 933	
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	Administrações centrais ou bancos centrais									
	Administrações regionais ou autoridades locais									
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos									
	Bancos multilaterais de desenvolvimento									
	Organizações internacionais									
	Instituições									134 408
	Empresas									78 771
	Carteira de retalho									
	Posições com garantia de bens imóveis									
	Elementos vencidos									
	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado									
Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público										
Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)										
Outros elementos									9 550	
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:									222 730	

(a) Produto de "Total das posições em risco" por "ponderadores de risco".

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

Anexo V-C – Risco de Crédito – Método das Notações Internas

Por método das Notações Internas entende-se o método previsto nos artigos 14.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

No caso de aplicação simultânea do método Padrão e do método das Notações Internas (v.g. utilização parcial permanente, plano de implementação do método das Notações Internas (*roll-out*)), a divulgação de informação deve ser repartida pelo presente Anexo e pelo Anexo V-B.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As instituições devem divulgar as seguintes informações de natureza qualitativa, para cada uma das classes de risco especificadas no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, relativamente ao risco de crédito, para efeitos do método das Notações Internas, e devem assinalar as situações em que se verifique a aplicação simultânea dos métodos Padrão e das Notações Internas:

1.1. Aceitação por parte do Banco de Portugal do método ou dos mecanismos transitórios adoptados;

O Banco de Portugal autorizou o Banco Santander Totta e o Banco Santander Negócios a aplicarem, desde 30 de Junho 2009, o método das Notações Internas com estimativas próprias de perda dado o incumprimento e factores de conversão no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito.

Esta autorização aplica-se aos seguintes modelos:

- Modelos globais de rating: Instituições Financeiras (Bancos e Não Bancos), Banca Maiorista Global e Project Finance;
- Modelos locais de rating: Empresas Encarteiradas, Promotores e Câmaras;
- Modelos de scoring de admissão: Hipotecas e Consumo;
- Modelos de scoring de comportamento: Particulares e Incumprimento.

Posteriormente, em Fevereiro de 2011, o Banco de Portugal também autorizou a aplicação do Método das Notações Internas ao modelo de scoring de admissão de cartões¹.

1.2. Explicação e análise dos seguintes pontos:

- a) Sistema(s) de notação interna, respectiva estrutura e mecanismos de controlo e validação, com referência, nomeadamente, à independência e atribuição de responsabilidades,

O Grupo Santander possui modelos próprios de atribuição de pontuações conhecidas como rating ou scoring internos, com os quais mede a qualidade creditícia de um cliente ou de uma operação. A cada rating ou scoring corresponde uma probabilidade de incumprimento, determinada a partir da experiência histórica da entidade, com excepção de algumas carteiras designadas como *low default portfolios*.

As ferramentas de valoração globais são aplicadas aos segmentos de risco Soberano, Entidades Financeiras (Bancos e Não Bancos) e Banca Maiorista Global, que possuem uma gestão centralizada no Santander Totta, tanto na determinação do rating como no seguimento do risco. Estas ferramentas permitem

¹ Primeiro reporte oficial em Março 2011

determinar um rating para cada cliente através de um módulo quantitativo ou automático, baseado em índices ou variáveis macroeconómicas, o qual é complementado com um módulo qualitativo com contribuição do analista.

O rating quantitativo é calibrado em função do preço de mercado dos derivados de crédito, nomeadamente os Credit Default Swaps. Desta cotação é extraída a probabilidade de incumprimento implícita no preço estabelecido pelo mercado. Adicionalmente, é construído um modelo que relaciona a probabilidade de incumprimento com a informação macroeconómica do país ou de balanço da empresa, de modo que a partir desta informação seja possível obter a probabilidade de “não pagamento” mesmo para as entidades que não dispõem de uma cotação para estes instrumentos.

Posteriormente, o analista pode rever esta pontuação, ajustando o rating.

Por último, para os casos em que um cliente de Banca Maiorista Global pertença a um grupo do qual receba apoio explícito é realizado um ajuste do rating.

No caso de Entidades Financeiras e Banca Maiorista Global, existem transformações do rating do cliente considerando o país onde se realiza a operação, de forma que existe um rating local e um rating cross border para cada cliente, que se aplicará consoante a operação tenha ou não risco cross border ou risco de transferência.

O comité de modelos aprovou a seguinte relação entre rating interno e probabilidade de incumprimento para as carteiras globais de Bancos e Banca Maiorista Global.

<i>Rating Interno</i>	PD Banca mayorista	PD Bancos
9,3	0,018%	0,013%
9,2	0,020%	0,014%
9,0	0,024%	0,018%
8,5	0,037%	0,029%
8,0	0,060%	0,049%
7,5	0,095%	0,083%
7,0	0,151%	0,139%
6,5	0,240%	0,232%
6,0	0,382%	0,390%
5,5	0,607%	0,653%
5,0	0,965%	1,095%
4,5	1,535%	1,835%
4,0	2,442%	3,076%
3,5	3,884%	5,157%
3,0	6,178%	8,645%
2,5	9,826%	14,492%
2,0	15,627%	24,294%
1,5	24,855%	40,725%
1,0	39,532%	68,268%

Estas PDs aplicam-se de forma uniforme em todo o grupo em consonância com a gestão global destas carteiras. Como se pode comprovar, a PD atribuída ao rating interno não é exactamente igual para um mesmo rating em ambas carteiras, se bem que é muito similar nos intervalos onde se concentra a exposição, isto é, nos intervalos de rating superiores a 6.

Durante o ano de 2010 recalibrou-se o módulo quantitativo do rating de Banca Maiorista e desenvolveram-se novos modelos de rating experto para fundos, gestoras e LBOs (Leveraged Buy Out).

No caso das Empresas Encarteiradas, o Grupo Santander definiu uma metodologia única na construção de um rating em cada país. Neste caso, a determinação do rating assenta num módulo automático, o qual recolhe uma primeira intervenção do analista e que pode ou não ser complementada. O módulo automático determina o rating em 2 fases, uma quantitativa e outra qualitativa, esta última centrada num questionário corrector que permite ao analista modificar a pontuação automática num máximo de +/- 2 pontos de rating. O rating quantitativo é determinado em função da análise do comportamento creditício de uma amostra de clientes e a correlação com as suas Demonstrações Financeiras. O questionário corrector consiste em 24 perguntas divididas em 6 áreas de valoração. O rating automático (quantitativo + questionário corrector) pode ser modificado pelo analista mediante sobrescrição ou mediante o uso de um módulo de valoração manual.

A pontuação atribuída ao cliente é revista periodicamente incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência resultante da relação bancária. A periodicidade das revisões aumenta no caso dos clientes que alcançam determinados níveis nos sistemas automáticos de alerta e nos classificados como de seguimento especial. De igual modo, também se revêm as próprias ferramentas de pontuação para poder ir ajustando a precisão da pontuação atribuída.

Para as carteiras de risco standardizados existem ferramentas de scoring que atribuem automaticamente uma valoração às operações que estes clientes apresentam.

Estes sistemas de admissão são complementados com os modelos de pontuação de comportamento. Estes instrumentos permitem uma maior capacidade preditiva do risco assumido e são usados tanto para actividades preventivas como de venda.

b) relação entre as notações interna e externa,

O sistema de ratings do Santander tem como principal objectivo **quantificar a probabilidade de incumprimento** de cada contraparte.

Existe uma **correspondência biunívoca** entre rating e probabilidade de incumprimento.

Rating Interno	Moody's	Standard & Poors	Prob. Inc. 1 año
9,3	Aaa	AAA	0,017%
9,2	Aa1	AA+	0,018%
9,0	Aa2	AA	0,022%
8,5	Aa3	AA-	0,035%
8,0	A1	A+	0,056%
7,5	A2/A3	A/A-	0,089%
7,0	A3/Baa1	A-/BBB+	0,142%
6,5	Baa1/Baa2	BBB+/BBB	0,226%
6,0	Baa2	BBB	0,361%
5,5	Baa3	BBB-	0,575%
5,0	Ba1	BB+	0,917%
4,5	Ba2	BB	1,461%
4,0	Ba3	BB-	2,330%
3,5	B1	B+	3,714%
3,0	B1/B2	B+/B	5,922%
2,5	B2	B	9,441%
2,0	B3	B-	15,051%
1,5	Caa1	CCC	23,996%
1,0	Ca	CC	38,257%

c) Processo de gestão e de reconhecimento da redução do risco de crédito;

No cálculo do capital regulamentar as técnicas de mitigação do risco de crédito têm impacto no valor dos parâmetros de risco e consequentemente no capital. Estas técnicas distinguem-se por tipo de garantia, entre reais e pessoais. As garantias pessoais têm impacto no valor da PD, através da substituição da PD do cliente pela PD do garante.

As garantias reais têm impacto no valor da LGD. Para as garantias reais, a mitigação consiste em associar à operação garantida uma LGD diferente em função da sua garantia. No caso de garantias hipotecárias, a LGD da operação será atribuída em função do LTV (Loan To Value).

No anexo VI do presente documento são detalhadas as técnicas de redução de risco de crédito do Santander Totta.

1.3. Descrição do processo de notação interna, em relação às seguintes classes de risco:

A quantificação do risco de crédito presente numa operação é realizada através do cálculo da sua perda esperada e inesperada. Esta última é a base do cálculo de capital, regulamentar e económico, e presume um nível de perda muito elevado, porém pouco provável, que portanto não se considera custo recorrente e deve ser compensada com fundos próprios. Esta quantificação do risco pressupõe 2 fases que são a estimação e a atribuição dos parâmetros característicos do risco de crédito: PD (Probability of Default), LGD (Loss Given default) e EAD (Exposure at Default).

A estimação destes parâmetros deve basear-se na experiência interna da entidade, isto é, nas observações de entrada em incumprimento das operações por nível de rating ou scoring, assim como, na experiência de recuperação destas operações. Existem carteiras específicas onde a experiência de incumprimento é tão escassa que a estimação deve utilizar aproximações alternativas. Trata-se das *low default portfolios*.

Nestas carteiras de low default a estimação dos parâmetros de risco assenta basicamente em estudos de agências de rating externas à entidade que recorrem da experiência compartilhada de um bom número de entidades ou países que foram valorados pelas ditas agências.

No caso da EAD, consideraram-se observações internas utilizando o *downgrade* da valoração interna como um *proxy* do *default*.

Os parâmetros estimados para as carteiras globais são únicos para todas as unidades do Grupo Santander. Assim uma entidade financeira com rating de 8,5 terá a mesma PD independentemente da unidade do Grupo onde se contabilize a sua exposição.

Para as restantes carteiras com um gestor associado a estimação baseia-se na experiência interna da entidade. A PD calcula-se observando as entradas em mora e estabelecendo uma relação entre estas entradas e o rating atribuído aos clientes.

O cálculo da LGD baseia-se, na carteira de PME's, na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento. Este cálculo tem em conta não apenas os registos contabilísticos dos proveitos e gastos associados ao processo (de recuperação) como também o momento em que estes se produziram, para calcular o seu valor presente, assim como os custos directos e indirectos associados a este processo. Para o seu uso regulatório as estimações de LGD devem considerar-se associadas a um momento de crise económica ou período *Down Turn*.

Por último, a estimação da EAD ou exposição em caso de incumprimento baseia-se na comparação da percentagem de uso das linhas comprometidas no momento de incumprimento e numa situação normal. Para calcular em que medida as dificuldades financeiras de um cliente o induzem a incrementar a utilização dos seus limites de crédito.

Ao contrário dos low default portfolios, as carteiras de PME's contam com sistemas de rating específicos na unidade do grupo, que precisam de calibrações de PD ajustadas a cada caso.

Nas carteiras cujos clientes não contam com um gestor associado e têm um tratamento massivo standarizado, a estimação baseia-se também na experiência interna da entidade.

A PD calcula-se observando as entradas em morosidade das operações em função do Scoring atribuído às operações no momento da admissão, ou ao cliente a partir de uma certa antiguidade da operação.

À semelhança do que se passa nas carteiras de PME's, o cálculo da LGD em retail baseia-se na observação do processo recuperatório das operações incumpridas, ajustando os cálculos a uma situação *Down Turn*. A estimação da EAD é também semelhante à de PME's.

Os parâmetros destas carteiras são estimados de forma particular à unidade e segmento.

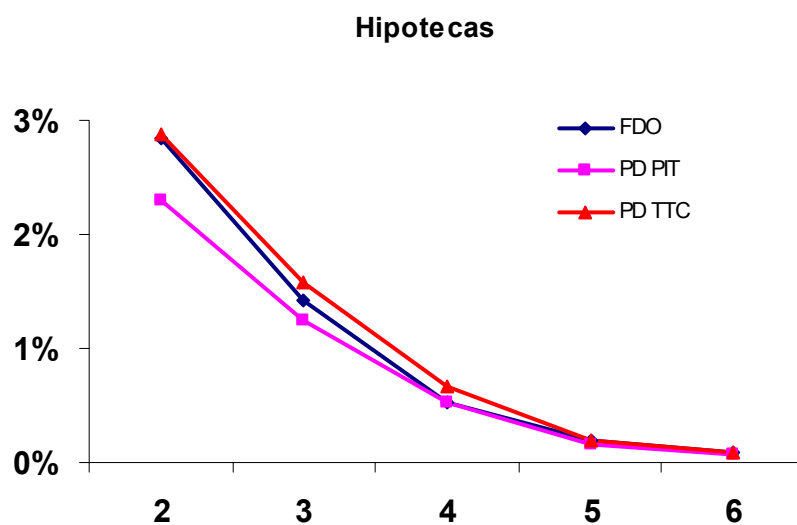
Os parâmetros são atribuídos às operações presentes no balanço das unidades com o objectivo de calcular as perdas esperadas e os requerimentos de capital associados à sua exposição.

1.4. Descrição dos factores que tiveram impacto a nível das perdas verificadas no período precedente.

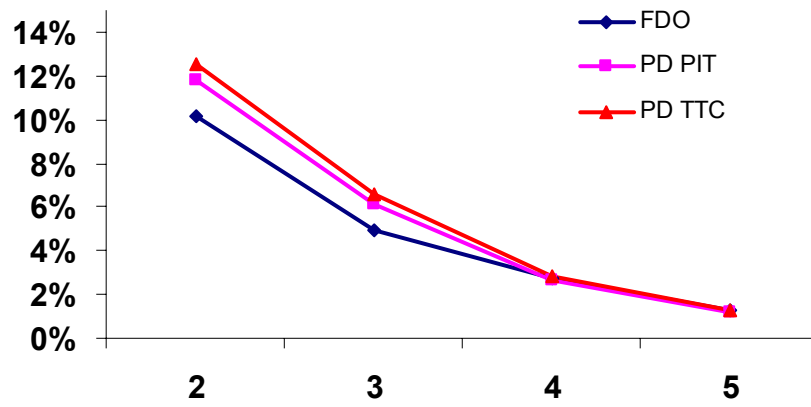
O objectivo do Backtest da PD é estudar a adequação das probabilidades de incumprimento através da comparação da frequência de defaults observada (FDO) e os valores previsíveis para entrada em default da PD PIT (Point in Time). Para tal, seleccionamos as carteiras mais importantes do segmento comercial do Santander Totta: Hipotecas, Consumo, Empresas Encarteiradas e Promotores.

Em cada carteira, são estabelecidos intervalos de PD e comparados os valores da PD PIT com a frequência de default observada em 2010. Para tal, seleccionaram-se as operações e os clientes a Dezembro de 2009 que estavam em situação de não Default e observaram-se as suas entradas em morosidade nos 12 meses seguintes (até Dezembro de 2010). A PD é ajustada ao ciclo ou TTC (Through The Cycle), enquanto que a frequência de default se observa num determinado momento do ciclo (2010).

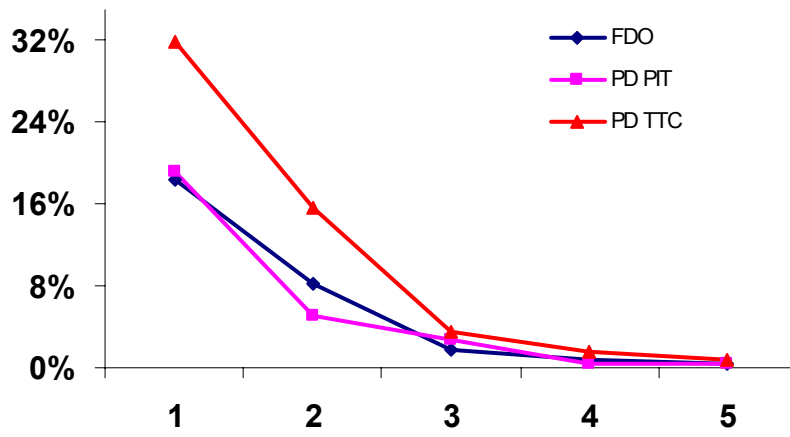
Os gráficos que se seguem, resumem a informação das carteiras analisadas:



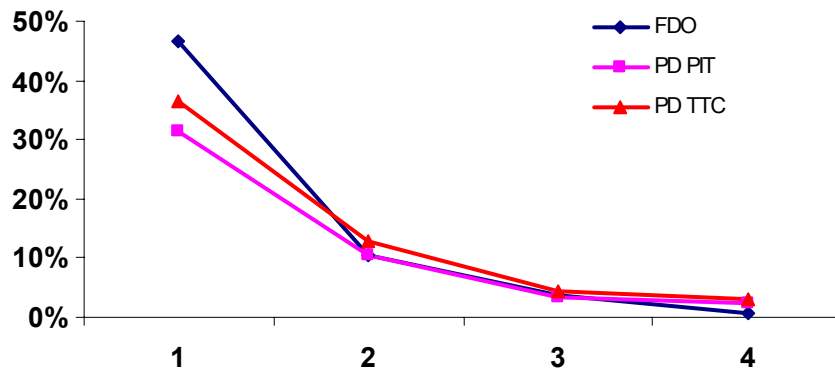
Consumo



Empresas Encarteiradas



Promotores



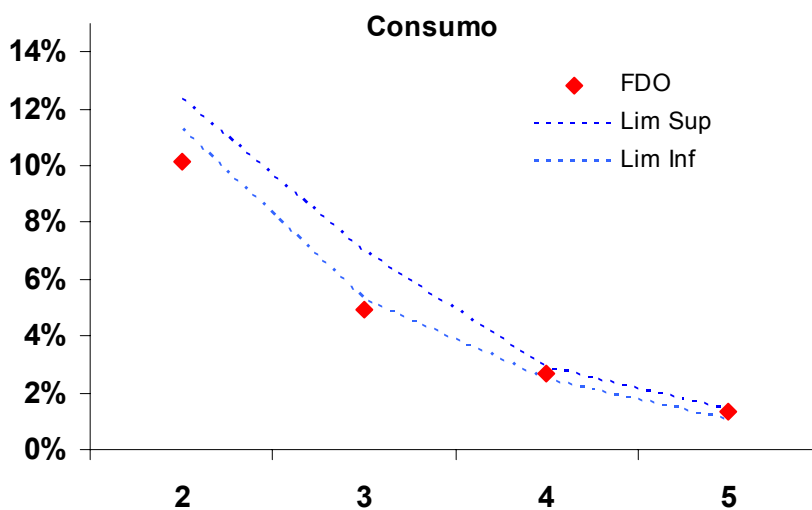
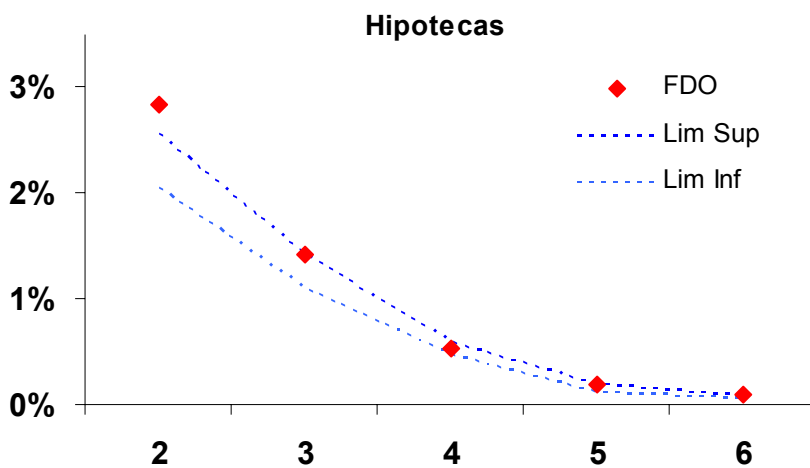
Em Hipotecas e em Empresas Encarteiradas, as taxas de mora observadas aproximam-se da PD PIT, sendo em alguns *buckets* ligeiramente superiores a esta.

A PD PIT em consumo situa-se claramente acima das taxas de mora observadas.

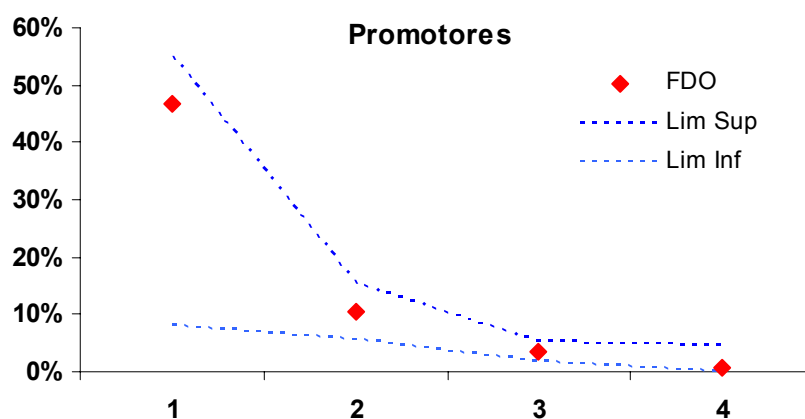
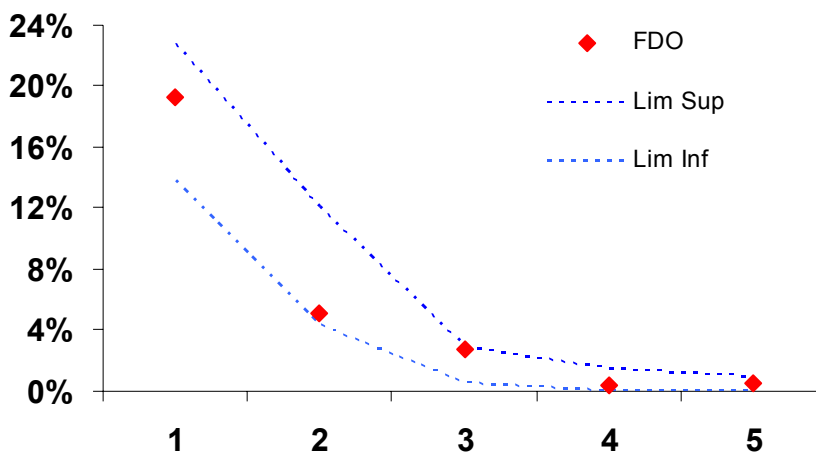
Os promotores têm alguns *buckets* em que registam taxas de mora observadas superiores à PD PIT.

Por último, foram construídos intervalos de confiança de 95% da PD PIT e comparados os limites superiores e inferiores das previsões com a mora realmente observada.

Regra geral, as taxas observadas estão dentro dos limites previstos PIT, especialmente nos intervalos inferiores da PD.



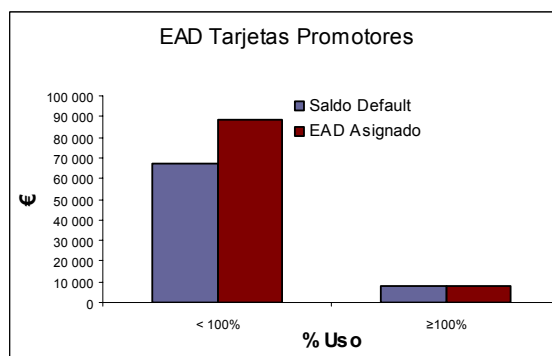
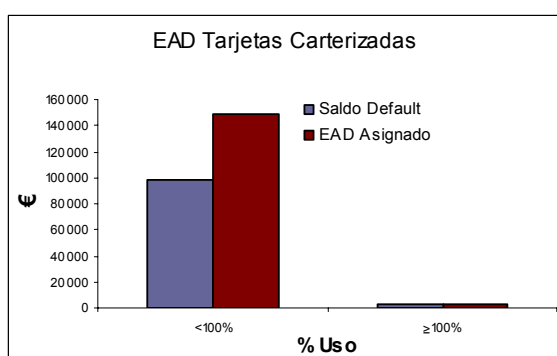
Empresas Encarteiradas

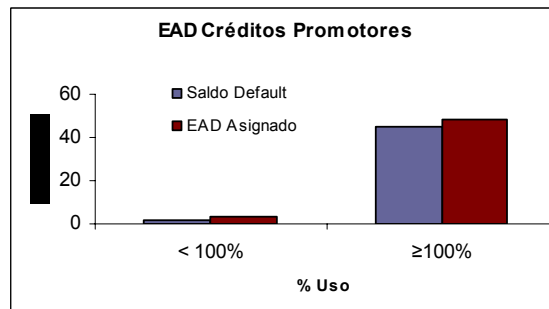
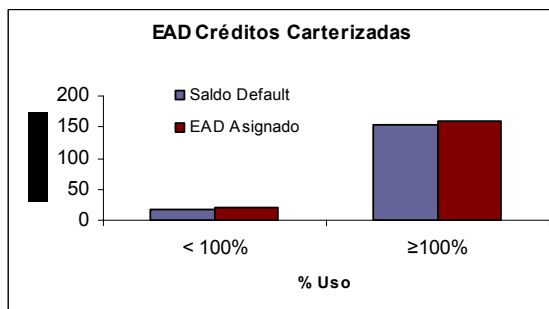


Para o estudo dos Credit Conversion Factors (CCF) comparou-se o saldo com que as operações entraram em default num período posterior de 12 meses com a EAD atribuída.

“Ratio de Cobertura” é a EAD atribuída dividida pelo Saldo em *Default* ou EAD observada e dá uma ideia do grau de conservadorismo aplicado a este parâmetro.

As tabelas seguintes ilustram a comparação entre EAD atribuída e a observada. Os dados desagregam-se por percentagem de utilização dos limites dado que este é o elemento principal utilizado na estimação dos CCF e portanto, na atribuição de EAD.





2. Modelo “Método das Notações Internas”

Junto seguem os vários mapas dos segmentos IRB, sendo que os mapas das classes de risco “Retalho_Posições garantidas por hipotecas (habitação)” e “Retalho_SME” representam um detalhe do mapa do “Retalho”. Para efeitos da decomposição da informação, foram criadas 17 categorias / notações de devedores:

Grau ou categoria de devedores	Intervalo de PDs	
1	0	0,03%
2	0,03%	0,25%
3	0,25%	0,50%
4	0,50%	1,00%
5	1,00%	2,500%
6	2,50%	5,00%
7	5,00%	10,00%
8	10,00%	20,00%
9	20,00%	30,00%
10	30,00%	40,00%
11	40,00%	50,00%
12	50,00%	60,00%
13	60,00%	70,00%
14	70,00%	80,00%
15	80,00%	90,00%
16	90,00%	100,00%
17	100,00%	

Como se pode ver nos mapas que se seguem, existem categorias para as quais não existem posições em risco.

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS							
Classe de Risco: Administrações centrais ou bancos centrais							
Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:	
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)				2010	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
	1	2	3	4	5	7	8
1-Total das posições em risco	0,05%	0	905 693	42,82%	198 467	176	4 905
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	0,05%	0	905 693	42,82%	198 467	176	4 905
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):	Grau ou categoria : 1	0,05%	0	905 693	42,82%	198 467	4 905
1.2-Outras							

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em *default* é de 100%. Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS

Classe de Risco: Instituições

Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:	
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)					2010	Montante das perdas esperadas
	1	2	3	4	5		
1-Total das posições em risco	0,40%	1 509 391	1 412 508	45,10%	580 778	2 542	824
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	0,40%	1 509 391	1 412 508	45,10%	580 778	2 542	824
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):							
	1	0,03%	8 039	6 247	45,00%	502	1
	2	0,06%	789 578	772 992	45,02%	141 525	207
	3	0,34%	675 749	600 066	45,04%	408 979	913
	4	0,72%	33 086	30 289	48,15%	29 770	108
	5	2,22%	2	2	56,25%	3	0
	12	54,50%	30	6	45,21%	0	0
	17	100,00%	2 906	2 906	45,21%	0	0
1.2-Outras							

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em *default* é de 100%.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS

Classe de Risco: Empresas

Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:	
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)					2010	Montante das perdas esperadas
	1	2	3	4	5		
1-Total das posições em risco	4,90%	15 706 191	11 640 360	44,66%	8 655 847	266 677	133 224
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	4,90%	15 706 191	11 640 360	44,66%	8 655 847	266 677	133 224
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):							
	1	0,03%	1 188 986	1 154 483	43,94%	117 009	155
	2	0,12%	3 647 774	2 214 698	45,51%	622 434	1 245
	3	0,39%	3 051 365	1 902 144	46,28%	1 062 753	3 409
	4	0,87%	1 821 386	1 460 910	43,69%	1 088 869	5 545
	5	1,53%	1 832 770	1 403 365	42,47%	1 260 748	9 120
	6	3,64%	2 535 833	2 078 250	44,77%	2 215 864	33 920
	7	5,54%	25 351	23 395	44,27%	34 915	575
	8	14,16%	821 371	741 563	44,17%	1 322 643	46 158
	10	31,96%	478 539	397 226	43,13%	875 585	54 760
	13	61,91%	38 364	33 260	42,65%	55 027	8 782
	17	100,00%	264 450	231 066	44,55%	0	103 008
1.2-Outras							

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em *default* é de 100%.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS

Classe de Risco: Retalho

Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:		
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)					2010	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
	1	2	3	4	5			
1-Total das posições em risco	6,27%	7 542 282	7 541 151	25,06%	1 982 716	147 366	143 444	
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	6,27%	7 542 282	7 541 151	25,06%	1 982 716	147 366	143 444	
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):								
	Grau ou categoria :							
	1	0,03%	13 577	13 577	22,55%	307	1	679
	2	0,11%	3 495 131	3 495 131	23,40%	213 469	878	9 586
	3	0,39%	1 018 133	1 018 133	25,17%	175 231	997	4 758
	4	0,80%	1 016 440	1 016 440	24,64%	280 793	1 990	3 965
	5	1,63%	711 923	711 923	27,27%	308 777	3 175	5 606
	6	3,52%	275 865	275 865	26,73%	160 549	2 592	2 801
	7	7,30%	169 673	169 673	26,73%	133 520	3 380	2 791
	8	15,46%	273 745	273 745	26,60%	360 071	11 274	7 960
	9	23,48%	102 038	102 038	27,43%	86 709	6 669	3 986
	10	33,38%	33 770	33 770	32,91%	34 180	3 706	2 601
	11	46,13%	119 802	119 802	28,04%	181 388	15 516	9 813
	12	54,80%	31 268	31 269	32,59%	27 518	5 585	6 442
	13	64,33%	14 401	14 401	26,98%	16 045	2 500	1 492
	14	78,47%	7 467	7 467	33,15%	4 160	1 942	1 723
	17	100,00%	259 049	257 918	33,79%	0	87 161	79 242
1.2-Outras (b)								

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em default é de 100%.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS

Classe de Risco: Retalho_Posições garantidas por hipotecas (habitação)

Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:		
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)					2010	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
	1	2	3	4	5			
1-Total das posições em risco	5,20%	6 408 561	6 407 430	24,41%	1 576 200	101 141	89 596	
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	5,20%	6 408 561	6 407 430	24,41%	1 576 200	101 141	89 596	
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):								
	Grau ou categoria :							
	1	0,03%	7 224	7 224	24,49%	194	1	48
	2	0,10%	3 390 659	3 390 659	25,74%	204 308	835	8 612
	3	0,40%	784 553	784 553	25,87%	135 843	772	2 928
	4	0,81%	911 237	911 237	27,99%	252 921	1 778	3 004
	5	1,58%	479 731	479 731	28,23%	214 473	1 898	2 889
	6	3,15%	163 859	163 859	28,85%	111 363	1 319	1 309
	7	7,08%	94 315	94 315	25,60%	97 274	1 690	1 235
	8	15,36%	231 198	231 198	29,66%	332 403	9 212	6 531
	9	25,87%	15 618	15 618	36,55%	28 063	1 173	696
	10	37,42%	3 499	3 499	34,63%	6 478	402	219
	11	46,11%	113 575	113 575	31,26%	175 409	14 518	9 014
	12	52,40%	788	788	26,71%	1 333	135	123
	13	64,33%	14 401	14 401	28,11%	16 045	2 500	1 492
	14	76,16%	93	93	32,75%	94	25	7
	17	100,00%	197 811	196 680	26,89%	0	64 883	51 486
1.2-Outras (b)								

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em default é de 100%.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS

Classe de Risco: Retalho_SME

Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão	Sistema de notação interna	Posição em risco original	Valor da posição em risco	LGD média ponderada pelo risco (%)	Montante da posição ponderada pelo risco	Por memória:	
	PD atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedores (%)				2010	Montante das perdas esperadas	Correcções de valor e provisões
		1	2	3	4	5	7
1-Total das posições em risco	12,30%	1 133 720	1 133 721	28,77%	406 517	46 225	53 849
1.1-Posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores: Total	12,30%	1 133 720	1 133 721	28,77%	406 517	46 225	53 849
Decomposição do total das posições em risco atribuídas ao grau ou categoria (notação) de devedores (a):							
1	0,03%	6 352	6 352	16,87%	112	0	631
2	0,20%	104 472	104 472	20,64%	9 161	42	974
3	0,36%	233 580	233 580	26,89%	39 389	225	1 831
4	0,69%	105 203	105 203	29,30%	27 872	212	960
5	1,74%	227 193	227 193	31,26%	91 801	1 237	2 647
6	3,99%	117 003	117 003	29,05%	51 689	1 313	1 561
7	7,58%	75 358	75 358	28,78%	36 246	1 690	1 556
8	16,03%	42 547	42 547	30,33%	27 668	2 062	1 429
9	23,05%	86 420	86 420	27,11%	58 645	5 496	3 290
10	32,91%	30 271	30 271	33,16%	27 703	3 304	2 381
11	46,49%	6 227	6 227	34,48%	5 979	998	799
12	54,86%	30 480	30 481	32,58%	26 185	5 450	6 319
14	78,50%	7 374	7 374	33,12%	4 066	1 917	1 716
17	100,00%	61 238	61 238	36,38%	0	22 278	27 756
1.2-Outras (b)							

(a) Ordenado do mais baixo para o mais alto, de acordo com a PD média atribuída ao grau ou categoria (notação) de devedor. A PD de devedores em *default* é de 100%.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

3. Modelo “Empréstimos Especializados”

EMPRÉSTIMOS ESPECIALIZADOS (MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS)				
Ponderadores de Risco	Posição em risco original	Montante da posição ponderada pelo risco	Posição em risco original	Montante da posição ponderada pelo risco
	2010	2010	2009	2009
0%				
50%				
70%				
das quais: posições na categoria 1				
90%				
115%	575 153	559 765	514 812	497 272
250%				
TOTAL				

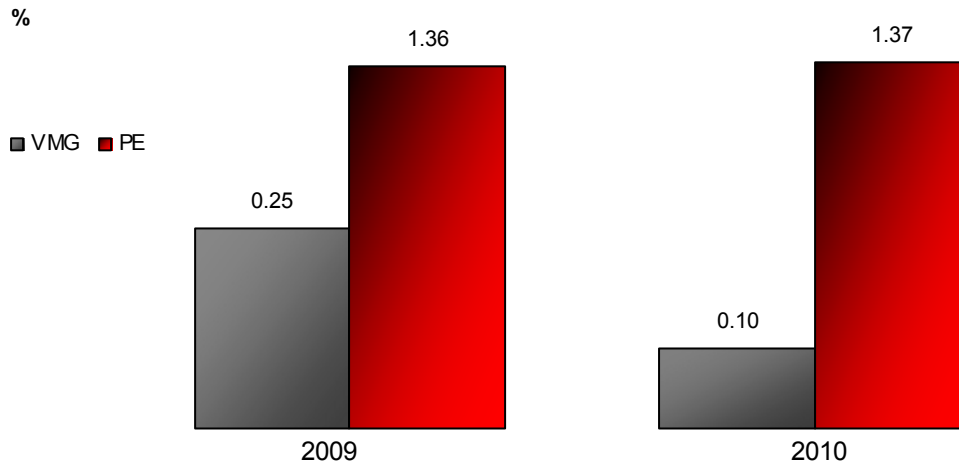
Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

4. Análise de Perdas

Para comparar a perda esperada (regulamentar) com as perdas esperadas reais resultantes da entrada em Default dos activos, comparámos a Variação de Mora de Gestão (VMG) em 2009 e 2010 com o valor da Perda Esperada resultante da aplicação dos parâmetros (regulamentares).

No gráfico que segue abaixo apresentamos estes valores para o segmento de Hipotecas (retail) que é a carteira mais relevante do Santander Totta.

HIPOTECAS RETAIL



Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

No âmbito do método Padrão, o Santander Totta o método Simples sobre Cauções Financeiras para efeitos do cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa são:

1.1. Políticas e processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial – O Grupo Santander Totta, através do Banco Santander Totta, celebra com empresas e instituições acordos ISDA e Contratos-Quadro para Operações Financeiras que se enquadram na categoria de acordos bilaterais de compensação (compensação contratual) e satisfazem os requisitos previstos na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 da Parte 7 do Anexo V do Aviso n.º 5/2007. O reconhecimento destes acordos de compensação no cálculo do risco de crédito de contraparte efectua-se nos termos da alínea b) do ponto 3. da referida Parte 7. Em 31 de Dezembro de 2010, e no âmbito do método Padrão, não se apurou consumo de capital por risco de crédito de contraparte de instrumentos derivados de cobertura.

O conceito de netting refere-se à possibilidade de realizar a compensação entre contratos de um mesmo tipo, tendo como suporte um contrato-quadro como o ISDA ou similar.

Consiste na compensação dos valores de mercado positivos e negativos das operações de derivados que temos com uma determinada empresa, de modo que em caso de default desta, nos deva (ou lhe devamos, se o líquido for negativo) uma única cifra líquida e não um conjunto de valores positivos ou negativos correspondentes a cada operação que tenhamos fechado com ela. Dado que, um dos componentes de REC (Risco Equivalente de Crédito) é o valor de mercado, ao obter um valor de mercado líquido das operações o risco é reduzido, pois os positivos serão minorados pelos negativos, enquanto que se não houvesse netting, os negativos não actuariam já que se tomaria valor zero.

Um aspecto muito importante dos contratos-quadro é que implicam uma obrigação jurídica única que abrange todas as operações que suportam. Isto é fundamental no momento de realizar a compensação dos riscos de todas as operações cobertas pelo presente contrato com uma mesma contraparte.

As cláusulas de netting são incluídas, independentemente de poderem ou não ser executadas, a fim de beneficiar do disposto em distintas legislações. Ou seja, a inclusão destes acordos não significa a consideração automática do netting na hora do cálculo da exposição ao risco da contraparte com as distintas contrapartes. Esta exposição deve ser calculada em virtude da normativa aplicável em cada uma das jurisdições implicadas.

À semelhança do ISDA o GMRA é um contrato quadro, ao abrigo do qual se podem efectuar empréstimos e compras com acordo de revenda de valores mobiliários. As operações podem compensar-se entre elas em caso de insolvência de uma das partes.

Como os valores mobiliários servem de colateral do empréstimo ou da compra efectuada e existe a obrigação de prestação de colateral sobre a variação do valor de mercado dos valores mobiliários é mitigado o risco de crédito.

1.2. Políticas e processos de reconhecimento, de avaliação e de gestão de cauções, incluindo o processo de monitorização da evolução do respectivo valor ao longo do tempo – O Grupo tem um especial cuidado na definição e acompanhamento das cauções definidas para cada operação, nomeadamente no que concerne à sua liquidez e garantia de capital, assim como um permanente controlo da sua evolução ao longo do tempo, quer através de revisões semanais (para cauções de maior volatilidade), quer quando das revisões de crédito de cada cliente.

1.3. Principais tipos de cauções – São consideradas garantias reais, os bens que ficam afectos ao incumprimento da obrigação garantida e que podem ser prestados não unicamente pelo próprio cliente, senão também por uma terceira pessoa. Os bens ou direitos reais objecto de garantias podem ser:

- Financeiras: numerário, depósitos de valores mobiliários, ouro ...
- Não Financeiras: imóveis, outros bens imóveis ...

Os acordos de colateral são um conjunto de instrumentos com valor económico que são depositados por uma contraparte a favor de outra para garantir/reduzir o risco de crédito de contraparte que possa existir resultante das carteiras de operações com risco existente entre elas.

A natureza destes acordos é diversa, mas seja qual for a forma concreta que assumam, o objectivo final, é reduzir o risco de contraparte mediante a recuperação de parte ou todos os resultados (crédito concedido à contraparte) gerados num dado momento pela operação (valorada a preços de mercado).

Por último, no processo de mitigação de garantias, são cumpridos os requisitos mínimos estabelecidos no manual de política de gestão de risco de crédito que em síntese são:

- Segurança jurídica: é garantido que, em qualquer momento, existe a possibilidade legal de exigir a liquidação de garantias;
- Não existe correlação positiva significativa entre a contraparte e o valor da garantia;
- Todas as garantias estão devidamente documentadas;
- Existe documentação das metodologias utilizadas para cada técnica de mitigação;
- Seguimento e controlo periódico.

As garantias pessoais são aquelas que colocam um terceiro perante a necessidade de responder por obrigações adquiridas por outro. Os principais tipos de garantia que o banco considera são:

- Fianças
- Avais
- Garantia Bancária

No âmbito do método Padrão, as cauções utilizadas consistem em depósitos em numerário efectuados pela contraparte junto do Santander Totta. Os valores a assinalar são os relativos aos segmentos retalho (mEuros 84.543) e empresas (mEuros 19.519), num total de mEuros 104.062. No âmbito do método das Notações Internas, a protecção por cauções financeiras atinge mEuros 325.588, a que acresce a protecção por garantias imobiliárias de mEuros 11.795.579.

- 1.4. Estratégia, processos de monitorização e descrição dos principais tipos de garante e respectiva qualidade de crédito** – No âmbito do método Padrão, os prestadores de protecção pessoal de crédito são, predominantemente, o Estado Português e sociedades de garantia mútua (Lisgarante, Norgarante e Garval). Assim, temos a referir as garantias do Estado Português à Parpública (mEuros 542.399), a operações com Bancos portugueses (mEuros 240.438) e Margueira (mEuros 42), bem como as garantias prestadas por sociedades de garantia mútua (mEuros 188.446) e através do Banco Santander Totta à empresa Totta Crédito Especializado (mEuros 282), num total de mEuros 971.607. No que respeita as carteiras tratadas de acordo com o método das Notações Internas, os prestadores de protecção pessoal desdobram-se em: (1) Estado (mEuros 538.756), (2) sociedades de garantia mútua (mEuros 367.374); (3) Banco Santander SA (mEuros 243.748); (4) empresas com notações mais baixas (mEuros 294.650); e, (5) outras instituições (mEuros 20.256), num total de mEuros 1.464.784.
- 1.5. Concentração dos valores de cobertura por tipo de instrumento** – As hipotecas sobre imóveis são o principal tipo de instrumento de cobertura. Adicionalmente, o Santander Totta possui também outras cauções que utiliza no momento de efectuar a mitigação do risco, tais como, os penhores de depósito e penhores de produtos da Seguradora. No âmbito da protecção real do método Padrão, as garantias recebidas de mEuros 104.062 respeitam integralmente a depósitos em numerário efectuados pelas contrapartes junto do Grupo. Este valor ascende a mEuros 325.588 nas carteiras tratadas pelo método das Notações Internas. Por sua vez, no âmbito da protecção pessoal do método Padrão, as garantias recebidas de mEuros 971.607 desdobram-se em: (1) mEuros 782.879 por garantias do Estado Português; (2) mEuros 188.446 por sociedades de garantia mútua e, (3) mEuros 282 por garantias prestadas através do Banco Santander Totta em contratos de leasing/confirming. Para as carteiras tratadas pelo método das Notações Internas, a protecção pessoal ascende a mEuros 1.464.784, com o detalhe referido em 1.4.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Os modelos referentes aos pontos 2 e 3 abrangem os riscos de crédito (excluindo o associado a posições em risco titularizadas), de crédito de contraparte e de entrega (excluindo a carteira de negociação).

2. Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão”

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO PADRÃO									
		Posição em risco líquida	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco líquida				Técnicas de redução do risco de crédito com efeito no montante da posição em risco: protecção real de crédito (a)		
			Protecção pessoal de crédito: valor da protecção totalmente ajustado (GA)		Protecção real de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	Ajustamento de volatilidade ao valor da posição em risco	Caução financeira: valor ajustado pela volatilidade e por qualquer desfasamento entre prazos de vencimento (Cvam) (-)
			Garantias	Derivados de crédito	Método simples: caucões financeiros	Outras formas de protecção real de crédito			
		1	2	3	4	5	6	7	8
Total das posições		18 736 032	971 607		104 062		18 631 970		
Decomposição do total das posições por classe de risco:									
	Administrações centrais ou bancos centrais	6 630 995					7 413 874		
	Administrações regionais ou autoridades locais	360 762					360 762		
	Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos								
	Bancos multilaterais de desenvolvimento								
	Organizações internacionais								
	Instituições	2 286 307	782 838				1 692 197		
	Empresas	2 369 772	34 578		19 519		2 315 675		
	Carteira de retalho	4 950 830	154 000		84 543		4 712 287		
	Posições com garantia de bens imóveis	346 000	150				345 850		
	Elementos vencidos	30 414					30 414		
	Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado								
	Obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público								
	Posições em risco sobre organismos de investimento colectivo (OIC)								
	Outros elementos	1 760 952	42				1 760 910		

(a) Método integral sobre caucões financeiros. Por montante da posição em risco entende-se a posição em risco líquida, após efeito de substituição.

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

3. Modelo “Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método das Notações Internas”

TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS										
Utilização de estimativas próprias de LGD e/ou factores de conversão		Posição em risco original	Técnicas de redução do risco de crédito com efeito de substituição na posição em risco original			Técnicas de redução do risco de crédito com efeito na estimativa de LGD, excluindo o tratamento relativo a incumprimento simultâneo		Tratamento relativo a incumprimento simultâneo		
			Protecção pessoal de crédito		Efeito de substituição na posição em risco (líquido de saída e entradas)	Protecção real de crédito		Protecção pessoal de crédito		
			Garantias	Derivados de crédito		Caucões (financeiras) elegíveis	Outras caucões elegíveis (a)			
		1	2	3	5	9	10	11		
Total das posições		24 757 863	1 464 784		24 757 863	325 558	11 795 579			
Decomposição do total das posições por classe de risco:										
	1	1 210 602	0		1 453 832	5 568	9 586			
	2	7 932 484	727 126		8 304 414	74 426	6 667 587			
	3	4 745 247	100 419		4 686 737	84 406	1 318 746			
	4	2 870 912	84 894		2 828 792	26 580	1 648 455			
	5	2 544 695	188 811		2 386 874	35 254	800 349			
	6	2 811 698	291 286		2 525 467	32 419	273 628			
	7	195 024	247		194 778	20 857	164 179			
	8	1 095 116	33 200		1 062 915	8 884	391 185			
	9	102 038	0		102 038	31 767	22 627			
	10	512 309	38 758		473 551	621	4 748			
	11	119 802	0		119 802	11	179 389			
	12	31 298	0		31 298	2 710	1 092			
	13	52 765	44		53 492	0	23 290			
	14	7 467	0		7 467	602	103			
	15	0	0		0	0	0			
	16	0	0		0	0	0			
	17	526 405	0		526 405	1 452	290 615			

(a) "Outras caucões elegíveis": engloba os elementos "caucões imobiliárias", "outras caucões de natureza real" e "valores a receber".

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

4. Modelo “Análise de Concentração – Protecção Pessoal e Real do Crédito”

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO - PROTECÇÃO PESSOAL E REAL DO CRÉDITO
(MÉTODO PADRÃO)

		Protecção pessoal de crédito		Protecção real de crédito	
		Garantias		Cauções (financeiras) elegíveis	
		Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Total das posições em risco objecto de cobertura		971 607	1 728 342	104 062	231 524
Decomposição do total das posições por sector:					
	Sector Público	10	75	5	0
	Particulares	2 940	2 364	72 900	140 672
	Energia	1 469	4 736	0	845
	Construção	24 516	12 854	6 837	22 769
	Indústria	50 480	40 019	4 226	10 604
	Serviços	889 523	1 666 767	18 552	52 720
	Outros	2 670	1 526	1 541	3 914

(a) Inclui valores de tratamento relativo a incumprimento simultâneo.

Unidade: mEuros

Data de referência: 31/12/2010

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO - PROTECÇÃO PESSOAL E REAL DO CRÉDITO
(MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS COM UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS PRÓPRIAS DE LGD E/OU FACTORES DE CONVERSÃO)

		Protecção pessoal de crédito		Protecção real de crédito		Protecção pessoal de crédito		Protecção real de crédito	
		Garantias		Cauções (financeiras) elegíveis		Garantias		Cauções (financeiras) elegíveis	
		Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Total das posições em risco objecto de cobertura		1 464 784	325 558	11 795 579	965 019	287 421	9 567 661		
Decomposição do total das posições por sector:									
	Sector Publico	0	0	549	0	0	354		
	Particulares	312 944	309 411	11 516 836	0	266 307	8 661 837		
	Energia	202 705	131	828	5 157	120	442		
	Construção	71 376	2 020	42 961	141 972	1 634	35 384		
	Indústria	133 495	2 076	40 776	80 433	1 836	30 979		
	Serviços	742 751	8 964	137 405	733 119	14 705	791 024		
	Outros	1 513	2 955	56 224	4 338	2 819	47 641		

Unidade: mEuros

Anexo VII – Operações de Titularização

Para os efeitos do presente Anexo, adoptam-se as definições constantes no ponto 2 do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2007.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações qualitativas sobre operações de titularização são:

1.1. Identificação das operações de titularização em que a instituição se encontra envolvida, descrevendo o objectivo, a forma e o grau de envolvimento no respectivo processo, bem como a existência, ou não, de uma transferência significativa do risco de crédito.

O banco encontra-se envolvido nas operações de titularização Hipototta 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11 e LeaseTotta 1 como Originador, Servicer e Custodiante. Não existe transferência significativa de risco de crédito. Actualmente apenas as Classes A dos Hipotottas 1, 4 e 5 estão parcialmente no mercado. As restantes classes de todos os Hipotottas estão no balanço do banco.

1.2. Elementos de informação sobre cada operação em que a instituição se encontra envolvida como cedente, conforme modelo seguinte:

Modelo “Operações de Titularização”

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO					
Titularização tradicional	Hipototta 1	Hipototta 2	Hipototta 3	Hipototta 4	Hipototta 5
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Totta				
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	N.A.				
Informação sobre as operações:					
Data de início	25-07-2003	23-12-2003	13-12-2004	09-12-2005	22-03-2007
Maturidade legal	30-06-2034	30-09-2036	30-12-2047	30-09-2048	28-02-2060
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	30-12-2012	30-12-2012	30-12-2013	30-12-2014	28-02-2014
<i>Revolving</i> (anos)	0	0	0	0	0
Activos titularizados (em milhões de euros)	1.100.000.000	2.650.000.000	3.400.000.000	2.800.000.000	2.000.000.000
Valor em dívida (em milhões de euros)	268.933.340	885.659.984	1.559.516.518	1.436.611.778	1.234.770.079
Informação sobre o envolvimento das instituição(ões) cedente(s)					
Existência de situações de "apoio implícito"	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%	100%	100%	100%	100%
Mais-valia inicial/Valor das posições de primeira perda readquiridas	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Observações					

Titularização tradicional	Hipototta 7	Hipototta 8	Hipototta 10	Hipototta 11	Leasetotta 1
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Totta				
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	N.A.				
Informação sobre as operações:					
Data de início	10-03-2008	21-07-2008	04-08-2009	05-07-2010	20-04-2009
Maturidade legal	28-02-2061	30-07-2061	30-06-2062	30-07-2063	30-01-2042
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	-	-	-	-	-
<i>Revolving</i> (anos)	0	0	0	0	1,5
Activos titularizados (em milhões de euros)	2.000.000.000	1.250.000.000	1.000.000.000	2.000.000.000	1.300.000.000
Valor em dívida (em milhões de euros)	1.607.515.443	982.749.653	852.200.093	1.874.979.065	916.823.228
Informação sobre o envolvimento das instituição(ões) cedente(s)					
Existência de situações de "apoio implícito"	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%	100%	100%	100%	100%
Mais-valia inicial/Valor das posições de primeira perda readquiridas	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Observações					

1.3. Métodos de cálculo dos montantes das posições ponderadas pelo risco que a instituição aplica relativamente às suas actividades de titularização;

1.4. As posições ponderadas pelo risco são calculadas de acordo com o método das Notações Internas para os Hipotottas e de acordo com o método Padrão para a Leasetotta com base nas posições em risco objecto de titularização visto não se cumprirem os requisitos de transferência significativa do risco de crédito. Síntese das políticas contabilísticas da instituição, nomeadamente quanto ao tratamento das operações, ao reconhecimento de proveitos nas vendas, aos pressupostos de base da avaliação dos juros retidos e ao tratamento das titularizações sintéticas.

Os activos titularizados não são desreconhecidos no balanço. Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC, Leasetotta FTC e os Hipototta PLC/Ltd e Leasetotta,

Ltd. foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos à habitação e créditos de leasing relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd. e Leasetotta, Ltd. que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

1.5. Designação das ECAI utilizadas no âmbito das operações de titularização.

Hipototta 1 – Moody’s e Standard & Poor’s
 Hipototta 2 – Fitch e Standard & Poor’s
 Hipototta 3 – Fitch Ratings
 Hipototta 4 – Fitch Ratings, Moody’s e Standard & Poor’s
 Hipototta 5 – Moody’s e Standard & Poor’s
 Hipototta 7 – Moody’s e Standard & Poor’s
 Hipototta 8 – Moody’s
 Hipototta 10 – Moody’s
 Hipototta 11 – Fitch Ratings e Standard & Poor’s
 Leasetotta 1 – Standard & Poor’s

1.6. Indicação do valor em dívida agregado das posições em risco renováveis titularizadas, repartido pelo interesse do cedente e pelo interesse dos investidores.

Titularização	Montante Oustanding (mEuro)	Montante em balanço (mEuro)
HipoTotta nº1	270.614.356	192.935.895
HipoTotta nº2	889.814.171	889.814.171
HipoTotta nº3	1.565.311.913	1.565.311.913
HipoTotta nº4	1.440.303.536	522.072.606
HipoTotta nº5	1.243.261.869	346.568.030
HipoTotta nº7	1.616.425.148	1.616.425.148
HipoTotta nº8	1.012.549.444	1.012.549.444
HipoTotta nº10	805.869.987	805.869.987
HipoTotta nº11	1.886.835.134	1.886.835.134
LeaseTotta nº1	1.300.000.000	1.300.000.000

Nota: Não inclui valor das classes dos fundos de reserva

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Análise de Perdas”

Os valores deste mapa referem-se apenas às titularizações de posições em risco cedidas por entidades do Grupo Santander Totta. Os valores da coluna 3 reflectem a posição antes de correcções de valor e provisões.

RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO: ANÁLISE DE PERDAS				
	Valor em dívida das posições em risco titularizadas		Perdas reconhecidas pela instituição	
		Do qual: referente a posições objecto de imparidade ou vencidas	Dez/10	Dez/09
	3	4	5	6
Titularizações sintéticas (total)				
Elementos do activo				
Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>)				
<i>Mezzanine</i>				
Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)				
Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados				
Titularizações tradicionais (total)	11 660 794	96 740	43 803	40 975
Elementos do activo				
Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>)				
<i>Mezzanine</i>				
Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)				
Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	11 660 794	96 740	43 803	40 975

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

Em Dezembro de 2010, as posições objecto de imparidade ou vencidas atingem mEuros 96.740, das quais mEuros 43.803 se encontram provisionadas.

3. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método Padrão”

As posições em risco titularizadas como entidade cedente referem-se fundamentalmente à Leasetotta (mEuros 914.896), que estão tratadas pelo método Padrão. Os restantes mEuros 5.278 referem-se a saldos de operações reclassificadas de IRB para o método Padrão no BST. Em Outubro de 2010, a filial Totta Ireland vendeu as notes de securitizações do Grupo Santander, daí a inexistência em Dezembro de 2010 de posições de titularização detidas em carteira pela ST SGPS, como investidora, tratadas pelo método Padrão.

RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO (MÉTODO PADRÃO)					
Tipo de titularização: (tradicional)	Montante total das posições em risco titularizadas originadas [da instituição cedente]	Valor da posição em risco		Montante da posição ponderada pelo risco	
			Valor deduzido aos fundos próprios (-)	Dez/10	Dez/09
	1	2	3	9	10
Total das posições em risco (=A+B+C)	920 174	906 870		831 619	1 397 800
A-Entidade cedente: total das posições	920 174	906 870		831 619	979 159
A.1-Elementos do activo					
Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>)					
<i>Mezzanine</i>					
Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)					
A.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	920 174	906 870		831 619	979 159
A.3-Reembolso/amortização antecipado/a (<i>Early amortization</i>)					
B-Investidor: total das posições		0		0	418 641
B.1-Elementos do activo					
Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>)		0		0	418 641
<i>Mezzanine</i>		0		0	418 641
Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)					
B.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados					
C - Patrocinador: total das posições					
C.1-Elementos do activo					
C.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados					

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

4. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Método das Notações Internas”

As posições em risco como entidade cedente referem-se aos Hipotottas, que estão tratadas pelo método das Notações Internas. A ST SGPS detém em carteira, como investidora, notes de securitizações de entidades terceiras: Energyon (cerca de mEuros 105.467) e Tagus Rose (cerca de mEuros 69.938), ambas emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA. Durante 2010, foi amortizada parcialmente a posição na Tagus Rose.

RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO (MÉTODO DAS NOTAÇÕES INTERNAS)					
Tipo de titularização: (tradicional)	Montante total das posições em risco titularizadas originadas [da instituição cedente]	Valor da posição em risco		Montante da posição ponderada pelo risco	
			Valor deduzido aos fundos próprios (-)	Dez/10	Dez/09
	1	2	3	14	15
Total das posições em risco (=A+B+C)	10 740 620	10 916 025		3 236 972	3 359 761
A-Entidade cedente: total das posições	10 740 620	10 740 620		3 172 991	3 267 646
A.1-Elementos do activo Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>) <i>Mezzanine</i> Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)					
A.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	10 740 620	10 740 620		3 172 991	3 267 646
A.3-Reembolso/amortização antecipado/a (<i>Early amortization</i>)					
B-Investidor: total das posições		175 406		63 981	92 115
B.1-Elementos do activo Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>) <i>Mezzanine</i> Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)		105 417 69 988		8 437 55 544	8 802 83 313
B.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados					
C - Patrocinador: total das posições					
C.1-Elementos do activo					
C.2-Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados					

Unidade: mEuros
Data de referência: 31/12/2010

5. Modelo “Risco de Crédito – Operações de Titularização: Síntese de actividades”

Os valores deste mapa referem-se apenas às titularizações de posições em risco cedidas por entidades do Grupo Santander Totta. O montante das posições em risco titularizadas reflecte a posição antes de correcções de valor e provisões.

RISCO DE CRÉDITO - OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO: SÍNTESE DE ACTIVIDADES				
	Montante das posições em risco titularizadas		Ganhos/Perdas reconhecidos nas vendas	
	2010	2009	2010	2009
Titularizações tradicionais (total)	11 660 794	12 601 639	81	476
Elementos do activo Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>) <i>Mezzanine</i> Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)				
Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados	11 660 794	12 601 639	81	476
Titularizações sintéticas (total)				
Elementos do activo Grau hierárquico mais elevado (<i>Most senior</i>) <i>Mezzanine</i> Posições de primeira perda (<i>First loss</i>)				
Elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados				

Unidade: mEuros

Em 2010, o impacto na margem financeira pelas valias diferidas nas vendas de notes ascende a mEuros 81.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Para efeitos do presente Anexo, entende-se por:

- “Método Padrão sobre a carteira de negociação”: o método estabelecido nos Anexos II e IV do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, nos quais são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura dos seguintes riscos da carteira de negociação: de posição, de crédito de contraparte e de liquidação;
- “Método de Modelos Internos sobre a carteira de negociação”: o método estabelecido no Anexo VII do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, no qual são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura do risco de posição da carteira de negociação.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos assumidos na carteira de negociação são:

1.1. Subcarteiras da carteira de negociação cobertas pelo “método Padrão sobre a carteira de negociação” e pelo “método de Modelos Internos sobre a carteira de negociação” – Em Dezembro de 2010, o Grupo Santander Totta passou a utilizar o método de Modelos Internos nos cálculos dos requisitos do risco de posição dos vários instrumentos que integram a carteira de negociação, à excepção de um conjunto de operações que, apesar de terem uma classificação contabilística de negociação, do ponto de vista de gestão não são tratadas como tal, que mantiveram o seu tratamento prudencial à luz do método Padrão. Para efeitos do cálculo dos requisitos de risco de crédito de contraparte dos instrumentos derivados da carteira de negociação das subcarteiras tratadas pelo método Padrão, o Santander Totta utiliza o Método de Avaliação ao Preço de Mercado (*Mark-to-Market*) em linha com cálculos relativos aos instrumentos derivados de cobertura.

1.2. Metodologias de avaliação dos riscos da carteira de negociação, para cada subcarteira, relativamente às instituições que apliquem o “método Padrão sobre a carteira de negociação” – O cálculo dos requisitos de capital por risco de posição de instrumentos de dívida enquadra-se na Secção II da Parte 2 do Anexo II do Aviso n.º 8/2007. Em particular, há a destacar o método baseado no prazo de vencimento para o risco geral e o normativo previsto na Secção II-A para o risco específico. Em Dez10-Dez09, o Santander Totta apurou requisitos de capital por risco de posição de instrumentos de dívida para a posição no Fundo MultiObrigações, por se tratar de uma posição num organismo de investimento colectivo (OIC) que obedece a todos os requisitos previstos na Secção VI da Parte 2 do anexo referido. A Área de Riscos Financeiros elaborou uma metodologia específica tendo em consideração o conhecimento diário da composição da carteira subjacente ao OIC e que respeita a emissões de dívida de instituições, empresas e veículos, muitas delas, com ratings externos de ECAIs elegíveis. No caso de emissões de veículos sem ratings externos, é adoptada uma posição conservadora supondo risco elevado.

Para os restantes OICs, e no âmbito do cálculo dos requisitos de capital por risco de posição de títulos de capital, o Santander Totta atribui 32%, conforme o disposto no parágrafo 20. da Secção VI da Parte 2.

1.3. Relativamente às instituições que apliquem o “método de Modelos Internos sobre a carteira de negociação”:

a) Indicação do âmbito de aceitação do “método de Modelos Internos sobre a carteira de negociação” por parte do Banco de Portugal.

Entidades do Grupo Santander Totta (que desenvolvem actividades em Portugal e em Porto Rico)-abrangendo, também, em base individual, o Banco Santander Totta, S.A. (excluindo a sucursal de Londres).

b) Relativamente a cada subcarteira abrangida, descrição de:
i. Características dos modelos utilizados.

O modelo interno utilizado para cálculo dos fundos próprios para todas as subcarteiras de negociação é o modelo de VaR.

O VaR (horizonte temporal) mede, mediante a utilização de técnicas estatísticas, a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais, pode gerar uma determinada posição ou carteira para um determinado grau de certeza estatística (nível de confiança) e um horizonte temporário definido.

Esta técnica permite ver, quanto mais/menos variável ou volátil for o comportamento dos factores de mercado, quais são as possibilidades de obtenção de um resultado maior/menor, dependendo do sinal, quantia da posição mantida e das correlações das variáveis de mercado.

Existem várias metodologias ou métodos para o cálculo do VaR, que se diferenciam principalmente na forma assumida da distribuição das mudanças no valor da carteira e nas técnicas utilizada para a sua obtenção.

A metodologia adoptada para o cálculo do Valor em Risco é a de simulação histórica, que utiliza os dados históricos (séries temporais) para calcular as variações nos factores de risco de mercado, as quais são aplicadas aos valores de cada posição para gerar as distribuições simuladas de perdas e ganhos, sem fazer nenhuma suposição apriorística sobre a forma destas.

O VaR tem a vantagem de medir o risco de todas as posições de forma homogénea, considerando a variabilidade dos factores de mercado e os possíveis efeitos de correlação entre factores de risco e carteiras.

O VaR por simulação histórica é calculado diariamente, com um horizonte temporal de 520 dias e um nível de confiança de 99%.

Cálculo do VaR por Simulação Histórica

Ao aplicar-se esta metodologia de cálculo não se parte de nenhum pressuposto sobre a distribuição de probabilidade das variações nos factores de risco, simplesmente são utilizadas as variações observadas historicamente para criar cenários para os factores de risco nos quais se avaliará cada uma das posições em carteira.

Torna-se necessária a definição de uma função de avaliação $f_j(x_i)$ para cada instrumento j , preferivelmente a mesma que se utiliza para o cálculo do valor de mercado e de resultados da posição diária. Esta função de avaliação será aplicada em cada cenário para gerar preços simulados de todos os instrumentos em cada cenário.

Cenário	Factores de Risco	$f_j(x_i)$	Preço Simulado
Cenário 1	$x_{1,1}; x_{2,1}; x_{3,1}; x_{4,1}; x_{5,1}; \dots x_{n,1}$	\Rightarrow	$P_{j,1}$
Cenário 2	$x_{1,2}; x_{2,2}; x_{3,2}; x_{4,2}; x_{5,2}; \dots x_{n,2}$	\Rightarrow	$P_{j,2}$
.
Cenário m	$x_{1,m}; x_{2,m}; x_{3,m}; x_{4,m}; x_{5,m}; \dots x_{n,m}$	\Rightarrow	$P_{j,m}$

Desta forma, para cada instrumento j que faça parte da carteira, pode construir-se a série de perdas e ganhos da posição segundo a equação:

$$\Delta V_{j,i} = \left(\frac{\text{Precio_Simulado}_{j,i}}{\text{FX_Simulado}_{j,i}} - \frac{\text{Precio_Mercado}_{j,HOY}}{\text{FX_Mercado}_{j,HOY}} \right) * \text{Nro.Titulos}$$

Se se definir o valor total da carteira como a soma dos valores individuais de cada um dos instrumentos que a compõem

$$\Pi = \sum_{j=1}^N V_j$$

a mudança no valor total da carteira sob o cenário i -ésimo será dada por

$$\Delta \Pi_i = \sum_{j=1}^N \Delta V_{j,i}$$

desta forma, a série das possíveis variações simuladas no valor da carteira proporciona uma amostra de m possíveis resultados,

$$\Delta \Pi = \{ \Delta \Pi_1; \Delta \Pi_2; \Delta \Pi_3; \dots \Delta \Pi_m \}$$

dos quais será possível extrair o percentil desejado, que será a estimação procurada para a cifra do VaR.

$$\text{VaR} = \text{Percentil}(\Delta \Pi, 1 - k\%)$$

sendo $k\%$ o nível de confiança do cálculo do VaR.

Cálculo de cenários

Dada a série histórica X dos $m+1$ últimos valores alcançados por um determinado factor de risco j ,

$$X_j = \{X_{j,t}; X_{j,t-1}; X_{j,t-2}; \dots X_{j,t-m}\}$$

é construída uma série de m possíveis cenários para o referido factor de risco, como o valor actual deste multiplicado pelas variações fraccionais observadas na série histórica:

$$x_{j,i} = X_{j,t} \times \frac{X_{j,t-i+1}}{X_{j,t-i}}$$

Deste modo, serão criados m cenários históricos, cada um com possíveis valores dos n factores de risco existentes, com os quais se irão obter os preços simulados de cada um dos instrumentos na carteira mediante o uso das respectivas funções de avaliação

Exemplo

O histórico de preços de uma acção é:

$$X_j = \{11.80; 11.25; 11.10; 11.09; 11.08; 10.95; 10.11; 10.90; 10.80; 10.45\}$$

então os preços simulados são construídos da seguinte forma:

$$x_j = \left\{ 11.80 \times \frac{11.80}{11.25}; 11.80 \times \frac{11.25}{11.10}; 11.80 \times \frac{11.10}{11.09}; 11.80 \times \frac{11.09}{11.08}; 11.80 \times \frac{11.08}{10.95} \dots \right\}$$

Ficando, finalmente:

$$x_j = \{12.38; 11.96; 11.81; 11.81; 11.94; 12.78; 10.94; 11.91; 12.20\}$$

Cálculo do percentil de uma amostra discreta

Dada uma distribuição de probabilidade, o percentil é definido como o valor da variável aleatória de forma a que a probabilidade de obter um valor menor ou igual que este valor é uma determinada percentagem. Assim, em termos matemáticos o percentil expressa-se como o valor da variável aleatória de forma a que a área sob a distribuição, à esquerda do referido valor, é uma percentagem fixa de probabilidade, como se mostra na figura.

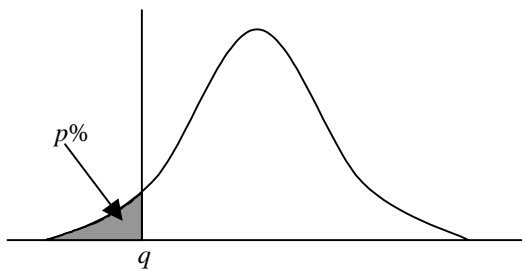


Figura 1

Seja $f(x)$ uma distribuição de densidade de probabilidade qualquer, então o percentil $p\%$ é o valor q da variável aleatória x tal que:

$$p\% = F(q) = P(X \leq q) = \int_{-\infty}^q f(x) dx$$

$F(x)$ conhece-se como função de distribuição da variável aleatória e da probabilidade de obter uma observação da variável aleatória abaixo de um certo valor.

Percentil com peso uniforme

No caso discreto, que é com o que nos deparamos na prática, a distribuição de densidade de probabilidade $f(x)$ será construída atribuindo pesos a cada um dos valores que constituí a amostra discreta de estimações da variação no valor da carteira. Supondo que se dispõe de um conjunto de n observações que forma a amostra, considera-se que estas são igualmente prováveis, pelo que será atribuída a cada uma delas uma probabilidade

de $1/n$. Existe, portanto, uma probabilidade de observar uma perda abaixo do menor dos valores da amostra igual a $1/2n$ e, da mesma forma, a probabilidade de obter um ganho maior do que qualquer um dos valores da amostra é também de $1/2n$.

Desta forma, ordenando os valores da amostra de menor a maior, existirá uma probabilidade de $(i-0.5)/n$ de observar um valor menor que o i -ésimo valor e é, portanto, a versão discreta da função de distribuição $F(x)$ definida na equação anterior.

$$f(x_i) = \frac{i - 0.5}{n}$$

Por último, para calcular um percentil determinado será interpolado linearmente entre os valores obtidos da forma antes indicada. Para tal, procura-se um valor x_i tal que a área encerrada até ao referido ponto é menor que a percentagem cujo percentil se procura, esse valor deve cumprir, além disso, que o ponto imediatamente posterior x_{i+1} deve englobar uma área maior que a do percentil procurado. Com estes dois pontos proceder-se-á à interpolação linear. Se $F(x_i)$ for a área encerrada à esquerda da observação x_i , então a interpolação é dada por:

$$Perc(p\%) = x_i + \frac{x_{i+1} - x_i}{F(x_{i+1}) - F(x_i)} \times (p\% - F(x_i))$$

Ou, então:

$$Perc(p\%) = x_i + \frac{x_{i+1} - x_i}{w_i} \times (p\% - F(x_i))$$

com w_i a área compreendida entre o ponto x_i e x_{i+1} , que é $w_{i=1/n}$.

Percentil com pesos exponenciais

Na alínea anterior estudou-se o caso do cálculo usual do percentil, no qual todas as observações têm o mesmo peso. Agora pretende-se fazer uma média móvel com pesos exponenciais que dê maior peso aos dados mais recentes. Neste caso, a cada observação será aplicado um peso:

$$p_j = \lambda^{j-1} \times \frac{\lambda - 1}{\lambda^n - 1}; \quad j = 1, 2, \dots, n$$

o índice j , indica ordem cronológica. Assim estes pesos p_j decrescem exponencialmente quando os dados pertencem a cenários históricos mais afastados no tempo.

Seguidamente os componentes da amostra são ordenados de menor a maior, mantendo o peso que corresponde a cada um, esta alteração da ordem dos elementos da amostra e as suas ponderações é indicada com o índice i . Assim, a probabilidade de obter um valor menor que o menor das observações será dada por $w_1 = p_1/2$. Regra geral, a probabilidade de obter um valor abaixo do i -ésimo elemento da amostra é:

$$F(x_i) = \frac{p_i}{2} + \sum_{k=1}^{i-1} p_k$$

É óbvio que o equivalente aos pesos w_i do caso anterior é:

$$w_1 = p_1/2$$

$$w_{i+1} = (p_i + p_{i+1})/2$$

ii. Abordagens utilizadas para verificações a posteriori e para validar a exactidão e coerência dos modelos internos e dos processos de modelização.

Para validação da exactidão e coerência dos modelos internos são realizados *backtestings*.

O objectivo peral do *backtesting* é contrastar a aderência do modelo de cálculo de Value at Risk (VaR). Ou seja, aceitar ou rejeitar o modelo utilizado para estimar a perda máxima de uma carteira para um determinado nível de confiança e um horizonte temporal determinado.

Esta comprovação inclui tanto o método de valorização e cálculo de risco, como o cumprimento das hipóteses nas quais se baseia o modelo de VaR.

O exercício de *backtesting* consiste em comparar a medidas de VaR prognosticadas, dado um determinado nível de confiança e horizonte temporal, com o resultados de perdas obtidas durante um horizonte temporal igual ao estabelecido.

Realizam-se quatro tipos de *backtesting*:

Backtesting “limpo” hipotético: O VaR diário é comparado com os resultados obtidos da ferramenta de cálculo de VaR AIRE sem ter em conta os resultados intra-dia nem as variações das posições da carteira. Com este método verifica-se a aderência dos modelos individuais utilizados para valorizar e medir os riscos das várias posições.

Backtesting “limpo” real: O VaR diário é comparado com os resultados obtidos das plataformas de Front Office sem ter em conta os resultados intra-dia nem as variações das posições da carteira. Com este método verifica-se a aderência dos modelos individuais utilizados para valorizar e medir os riscos das várias posições.

Backtesting “sujo” corrigido de Mark-ups e comissões: O VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados da actividade intra-dia, mas deduzindo os resultados provenientes de mark-ups e comissões. O objectivo deste *backtesting* é analisar o risco *intra-dia*.

Backtesting “sujo”: O VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados da actividade intra-dia e os gerados por comissões. Com este método, adicionalmente ao descrito com o *backtesting* “limpo”, comprova-se se a metodologia de VaR adoptada para medir e agregar riscos é adequada.

Adicionalmente aos *backtestings*, são realizadas provas de contratos. As provas de contratos constituem uma importante ferramenta de gestão do risco de mercado, principalmente quando grande parte de referida gestão assenta na utilização de modelos baseados numa serie de hipóteses que requerem a sua constatação prática.

Os indicadores utilizados nestas provas são o número de excepções, o tempo entre excepções, a amplitude de excepções e relação diária VaR/P&L. Estas provas são realizadas para um período histórico de 520 dias e com valores de VaR calculados com um nível de confiança de 95%.

c) Descrição do grau e das metodologias de cumprimento dos requisitos estabelecidos na Parte 2 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, relativos a sistemas e controlos

O Santander Totta dispõe de sistemas adequados à elaboração de estimativas de avaliação prudentes e fiáveis das suas operações. Em concreto, a valorização de toda a carteira de negociação é feita com recurso às ferramentas Kondor e Murex. Nos casos em que a avaliação ao preço de mercado não é possível, esta é feita com base nos modelos nativos destes dois sistemas bem como em modelos desenvolvidos pelo grupo e incorporados no sistema Murex.

O processo diário de captura e certificação de informação de mercado, bem como as fontes e horários de captura da informação, encontram-se devidamente documentados. Esta captura é feita com recurso à ferramenta Asset Control, a qual dispõe de um conjunto de filtros que permitem validar os dados capturados. A informação de mercado viaja através de processos automáticos para as ferramentas de valorização das posições.

Encontram-se estabelecidos procedimentos periódicos de validação das avaliações, que passam pela verificação da adequação do modelo à operação contratada e sua correcta parametrização, confrontação da avaliação interna com a da contraparte e análise de sensibilidades e das variações de valorização ao longo do tempo.

O processo de avaliação e as responsabilidades das áreas envolvidas encontram-se claramente definidos.

As avaliações são efectuadas de forma independente aos operadores da sala de negociação.

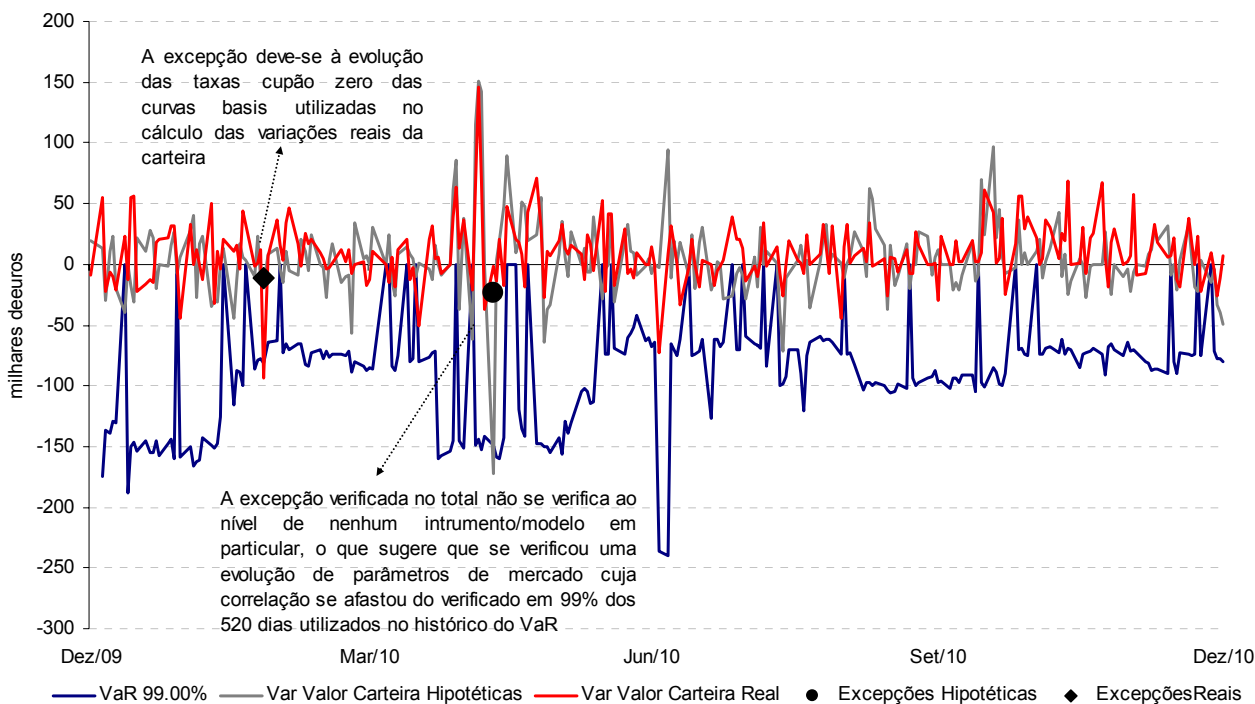
d) Indicação do número de excessos resultantes das verificações *a posteriori* efectuadas e descrição de eventuais implicações sobre o modelo.

Exercício	Exceções	
	P&L "limpo" hipotético	P&L "limpo" real
2010	1	1
2009	0	4
2008	0	0

- e) Indicação do valor mais elevado, mais baixo e médio dos valores em risco diários verificados durante o período a que respeitam as informações, bem como o valor-em-risco no final desse período

Exercício	VaR			
	Máximo	Mínimo	Médio	Final
2010	239,245	41,998	97,406	79,684
2009	258,867	31,422	107,828	174,096
2008	2,891,151	40,695	1,019,845	127,264

- f) Comparação entre os valores em risco diários no final de cada dia e a variação diária do valor da carteira no final do dia útil seguinte, juntamente com uma análise de qualquer excesso importante que tenha sido verificado durante o período a que respeitam as informações.



Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2. Modelo “Requisitos de Fundos Próprios (Carteira de Negociação)”

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS (CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO)		
Riscos da Carteira de Negociação	Requisitos de Fundos Próprios	
	Dez/10	Dez/09
TOTAL Riscos da Carteira de Negociação (=Σ(1. a 3.))	107 187	189 871
1. Risco de Posição (1.1.+ 1.2.)	34 307	124 367
1.1. Método Padrão sobre a Carteira de Negociação (=Σ(1.1.1. a 1.1.6.))	33 333	124 367
1.1.1. Instrumentos de Dívida	15 444	34 708
1.1.1.1. Risco Específico	14 307	16 640
1.1.1.2. Risco Geral	1 137	18 068
1.1.2. Títulos de Capital	0	20
1.1.2.1. Risco Específico	0	9
1.1.2.2. Risco Geral	0	11
1.1.3. Organismos de Investimento Colectivo (OIC):	16 916	89 639
1.1.4. Futuros e Opções negociados em bolsa:		
1.1.5. Futuros e Opções do mercado de balcão - OTC:		
1.1.6. Outros:		
1.2. Método de Modelos Internos sobre a Carteira de Negociação	974	
2. Risco de Crédito de Contraparte (=Σ(2.1. a 2.3.))	72 881	65 504
2.1. Vendas/compras com acordo de recompra/revenda, concessão/contracção de empréstimos de valores mobiliários ou de mercadorias, operações de empréstimo com imposição de margem e operações de liquidação longa		
2.2. Instrumentos Derivados	72 881	65 504
2.3. Contratos de compensação multiprodutos		
3. Risco de Liquidação	0	0

Unidade: mEuros

Com a adopção do método de Modelos Internos no cálculo do risco de posição de instrumentos derivados e de títulos de capital (FEIs) da carteira de negociação, o consumo baixou de mEuros 18.068 para mEuros 1.137 e de mEuros 89.639 para mEuros 16.916, respectivamente.

O consumo por risco de crédito de contraparte aumentou de mEuros 65.504 para mEuros 72.881, nomeadamente com o Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto.

Anexo IX – Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Para efeitos do presente Anexo, entende-se por:

- “Método Padrão”: o método estabelecido nos anexos V e VI do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, nos quais são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias, das carteiras bancárias e de negociação;
- “Método de Modelos Internos”: o método estabelecido no anexo VII do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, no qual são especificadas as regras em matéria de adequação dos fundos próprios para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias, das carteiras bancárias e de negociação.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente aos riscos cambial e de mercadorias são:

- 1.1. Método adoptado para calcular os requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias – O Grupo adopta o método de Modelos Internos para cobertura dos riscos cambial e de mercadorias, com algumas excepções. Em virtude da exclusão dos riscos cambiais da sucursal em Londres, e de algumas moedas e ouro na Sede, e em conformidade com orientações do Banco de Portugal, o Grupo apura os requisitos de fundos próprios para a totalidade das posições cambiais de acordo com o modelo RX02. Dado que estes requisitos são inferiores ao limiar de 2% dos fundos próprios, não existe consumo pelo método Padrão.
- 1.2. Metodologia para avaliar os riscos de mercadorias (método Padrão) – Em Dezembro de 2010, os riscos de mercadorias foram integralmente avaliados pelo método de Modelos Internos, não tendo sido apurado consumo.
- 1.3. As instituições que apliquem o método de Modelos Internos devem divulgar as informações referidas no ponto 1.3 do Anexo VIII deste Aviso, considerando as adaptações necessárias para efeitos do presente Anexo.

- g) Indicação do âmbito de aceitação do método de Modelos Internos para os riscos cambiais das carteiras bancárias e de negociação por parte do Banco de Portugal

Entidades do Grupo Santander Totta (que desenvolvem actividades em Portugal e em Porto Rico)-abrangendo, também, em base individual, o Banco Santander Totta, S.A. (excluindo a sucursal de Londres).

- h) Relativamente a cada subcarteira abrangida, descrição de:
 - iii. Características dos modelos utilizados

O modelo interno utilizado para cálculo dos fundos próprios para todas as subcarteiras de negociação é o modelo de VaR.

O VaR (horizonte temporal) mede, mediante a utilização de técnicas estatísticas, a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais, pode gerar uma determinada posição ou carteira para um determinado grau de certeza estatística (nível de confiança) e um horizonte temporário definido.

Esta técnica permite ver, quanto mais/menos variável ou volátil for o comportamento dos factores de mercado, quais são as possibilidades de obtenção de um resultado maior/menor, dependendo do sinal, quantia da posição mantida e das correlações das variáveis de mercado.

Existem várias metodologias ou métodos para o cálculo do VaR, que se diferenciam principalmente na forma assumida da distribuição das mudanças no valor da carteira e nas técnicas utilizada para a sua obtenção.

A metodologia adoptada pelo Grupo Santander para o cálculo do Valor em Risco é a de simulação histórica, que utiliza os dados históricos (séries temporais) para calcular as variações nos factores de risco de mercado, as quais são aplicadas aos valores de cada posição para gerar as distribuições simuladas de perdas e ganhos, sem fazer nenhuma suposição apriorística sobre a forma destas.

O VaR tem a vantagem de medir o risco de todas as posições de forma homogénea, considerando a variabilidade dos factores de mercado e os possíveis efeitos de correlação entre factores de risco e carteiras.

O VaR por simulação histórica é calculado diariamente, com um horizonte temporal de 520 dias e um nível de confiança de 99%.

iv. Abordagens utilizadas para verificações *a posteriori* e para validar a exactidão e coerência dos modelos internos e dos processos de modelização

Para validação da exactidão e coerência dos modelos internos são realizados *backtestings*.

O objectivo peral do *backtesting* é contrastar a aderência do modelo de cálculo de Value at Risk (VaR). Ou seja, aceitar ou rejeitar o modelo utilizado para estimar a perda máxima de uma carteira para um determinado nível de confiança e um horizonte temporal determinado.

Esta comprovação inclui tanto o método de valorização e cálculo de risco, como o cumprimento das hipóteses nas quais se baseia o modelo de VaR.

O exercício de *backtesting* consiste em comparar a medidas de VaR prognosticadas, dado um determinado nível de confiança e horizonte temporal, com os resultados de perdas obtidas durante um horizonte temporal igual ao estabelecido.

Este exercício é realizado para o total das posições consideradas no modelo interno, as quais incluem a posição cambial e de mercadorias. Não é realizado em separado para a posição cambial e de mercadorias.

Realizam-se quatro tipos de *backtesting*:

***Backtesting* “limpo” hipotético:** O VaR diário é comparado com os resultados obtidos da ferramenta de cálculo de VaR AIRe sem ter em conta os resultados intra-dia nem as variações das posições da carteira. Com este método verifica-se a aderência dos modelos individuais utilizados para valorizar e medir os riscos das várias posições.

***Backtesting* “limpo” real:** O VaR diário é comparado com os resultados obtidos das plataformas de Front Office sem ter em conta os resultados intra-dia nem as variações das posições da carteira. Com este método verifica-se a aderência dos modelos individuais utilizados para valorizar e medir os riscos das várias posições.

***Backtesting* “sujo” corrigido de Mark-ups e comissões:** O VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados da actividade intra-dia, mas deduzindo os resultados provenientes de mark-ups e comissões. O objectivo deste *backtesting* é analisar o risco *intra-dia*.

***Backtesting* “sujo”:** O VaR diário é comparado com os resultados líquidos do dia, incluindo os resultados da actividade intra-dia e os gerados por comissões. Com este método, adicionalmente ao descrito com o *backtesting* “limpo”, comprova-se se a metodologia de VaR adoptada para medir e agregar riscos é adequada.

Adicionalmente aos *backtestings*, são realizadas provas de contratos. As provas de contratos constituem uma importante ferramenta de gestão do risco de mercado, principalmente quando grande parte de referida gestão assenta na utilização de modelos baseados numa serie de hipóteses que requerem a sua constatação prática. Os indicadores utilizados nestas provas são o número de excepções, o tempo entre excepções, a amplitude de excepções e relação diária VaR/P&L. Estas provas são realizadas para um períodos histórico de 520 dias e com valores de VaR calculados com um nível de confiança de 95%.

i) Descrição do grau e das metodologias de cumprimento dos requisitos estabelecidos na Parte 2 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, relativos a sistemas e controlos

O Santander Totta dispõe dos sistemas adequados à elaboração de estimativas de avaliação prudentes e fiáveis das suas operações. Em concreto, a valorização das posições cambiais é feita com recurso às ferramentas Kondor e Murex, enquanto que a valorização das posições em mercadorias é feita exclusivamente na ferramenta Murex. Nos casos em que a avaliação ao preço de mercado não é possível, esta é feita com base nos modelos nativos destes dois sistemas bem como em modelos desenvolvidos pelo grupo e incorporados no sistema Murex.

O processo diário de captura e certificação de informação de mercado, bem como as fontes e horários de captura da informação, encontram-se devidamente documentados. Esta captura é feita com recurso à ferramenta Asset Control, a qual dispõe de um conjunto de filtros que permitem validar os dados capturados. A informação de mercado viaja através de processos automáticos para as ferramentas de valorização das posições.

O processo de avaliação e as responsabilidades das áreas envolvidas encontram-se claramente definidos.

As avaliações são efectuadas de forma independente aos operadores da sala de negociação.

- j) Indicação do valor mais elevado, mais baixo e médio dos valores em risco diários verificados durante o período a que respeitam as informações, bem como o valor-em-risco no final desse período

O Santander Totta não mantém risco de mercadorias em carteira, pois todas as operações realizadas são cobertas back-to-back com o mercado. Assim sendo, apresentamos apenas o valor-em-risco de posições cambiais.

Exercício	VaR - riscos cambiais			
	Máximo	Mínimo	Médio	Final
2010	116,784	5,970	25,791	15,210
2009	182,816	1,244	60,412	76,534
2008	697,056	1,760	111,074	121,728

EUR

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2. Modelo “Requisitos de Fundos Próprios - Riscos Cambial e de Mercadorias”

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS - RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS		
Riscos Cambial e de Mercadorias	Requisitos de Fundos Próprios	
	Dez/10	Dez/09
1. Risco Cambial (=1.1.+1.2.)	317	0
1.1. Método Padrão	0	0
1.2. Método dos Modelos Internos	317	
2. Risco de Mercadorias (=Σ(2.1. a 2.2.))	0	172
2.1. Método Padrão (=Σ(2.1.1. a 2.1.4.))	0	172
2.1.1. Método da Escala de Prazos de Vencimento ou Método Simplificado		172
2.1.2. Futuros e Opções sobre mercadorias negociados em bolsa		
2.1.3. Futuros e Opções sobre mercadorias do mercado de balcão - OTC		
2.1.4. Outros		
2.2. Método dos Modelos Internos	0	

Unidade: mEuros

Como se pode verificar, em 2010, o consumo por risco cambial foi de mEur 317 e o de mercadorias nulo.

Anexo X – Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária (DCF)

Secção A – Informação Qualitativa

- 1.1 A Instituição efectua investimentos em acções numa perspectiva duradoura.
 1.2 As técnicas contabilísticas e metodologias de avaliação utilizadas seguem as normas IAS vigentes.

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber. Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados. Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Santander Totta considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Santander Totta considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objectivo de imparidade. Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

1. Modelo “Posições em Risco sobre Acções (Carteira Bancária)”

POSIÇÕES EM RISCO SOBRE ACÇÕES (CARTEIRA BANCÁRIA)												
	Acções Cotadas		Acções Não Cotadas				Derivados - Contratos sobre Acções/Índices	 (Outros instrumentos de capital)		TOTAL	
			Private Equity		(...)							
	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09	Dez/10	Dez/09
Custo de Aquisição/Valor Nocial	42.164	42.164			13.368	12.181			11.816	2.157	67.348	56.502
Justo Valor	20.819	31.868			10.508	9.396			11.816	2.157	43.143	43.421
Preço de Mercado	20.819	31.868							11.816	2.157	32.635	34.025
Resultado do exercício decorrente de vendas e liquidações												
Total de ganhos ou perdas não realizados												
Total de ganhos ou perdas inerentes a reavaliações latentes												

Nota: não se encontram incluídas as acções emitidas pela própria instituição, assim como os derivados sobre essas acções. Unidade: milhares de euros

Anexo XI – Risco Operacional

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

Secção A – Informação Qualitativa

1. As informações de natureza qualitativa relativamente ao risco operacional são:

- 1.1. Metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios – O Santander Totta adopta o Método do Indicador Básico, de acordo com o Aviso n.º 9/2007.
- 1.2. Elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante – Os elementos contabilísticos são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I. Adicionalmente, são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2. Modelo “Risco Operacional”

RISCO OPERACIONAL					
Actividades	Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano o)	
	2008	2009	2010	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco
1. Método do Indicador Básico	1,136,108	1,315,613	1,232,847		
2. Método <i>Standard</i> : - Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i> - Negociação e vendas - Intermediação relativa à carteira de retalho - Banca comercial - Banca de retalho - Pagamento e liquidação - Serviços de agência - Gestão de activos					
Método de Medição Avançada (a)					

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada. Unidade: mEuros

Anexo XII – Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital (DCF)

Secção A – Informação Qualitativa

1. Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

O risco de taxa de juro do balanço é medido por modelos de simulação e de repricing gap. O modelo de simulação actualmente utilizado considera as fontes de risco de taxa de juro mais relevantes nomeadamente movimentações paralelas das taxas de juro, de pendente e de curvatura dada a estrutura de repreciação e indexantes associada aos activos e passivos do balanço, avaliando o seu impacto numa determinada data sobre a SVP e SMF projectada. Em linhas gerais, o modelo de repricing gap consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo. Os modelos integram as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculada a sensibilidade para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade, nomeadamente euro e outras.

A variação das taxas de juro supõe para as instituições financeiras duas classes de risco intimamente relacionadas:

- o risco associado à incerteza sobre as taxas de reinvestimento/refinanciamento financeiro ao longo da vida de um activo/passivo financeiro
- o risco associado à flutuação de valores de activos e passivos que formam o balanço da instituição, derivado das taxas de desconto utilizadas para descontar os vários fluxos de caixa

Podemos definir risco de taxa de juro de uma instituição financeira como a possibilidade de incorrer em perdas face a variações não esperadas das taxas de juro de mercado. Estas perdas potenciais podem produzir-se por efeito das variações das taxas de mercado na margem financeira e no valor de mercado dos activos e passivos, ou seja, no valor patrimonial.

A gestão do risco de taxa de juro tem por base:

- gestão da margem financeira: medição do impacto na margem financeira das oscilações do nível das taxas de juro. É uma gestão de curto prazo, para 12 ou 24 meses, do risco de taxa de juro associado à conta de resultados
- gestão do valor patrimonial: medição do impacto no valor patrimonial das oscilações do nível das taxas de juro. É uma gestão de médio longo prazo do valor do balanço da Instituição.

Esta dualidade, presente na gestão do risco de taxa de juro das Instituições Financeiras, torna necessário o estabelecimento de políticas que possibilitem a optimização do binómio margem financeira/valor patrimonial.

Neste momento encontra-se em funcionamento um software específico de gestão de activos e passivos. Este software incorpora um módulo de tratamento e validação de dados e um módulo de simulação e análise.

O sistema, através da recolha das posições e suas principais características, consegue valorá-las ao mercado, medir a sua sensibilidade perante os movimentos dos diferentes factores de mercado, medir as perdas potenciais consoante os comportamentos dos ditos factores e emitir relatórios que permitem aos gestores do balanço um seguimento periódico da margem financeira, valor patrimonial e respectivo risco.

A utilização deste tipo de modelo permite uma análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco. O comportamento dos factores de risco é modelado sobre a margem efectivamente projectada. Este tipo de solução implica um nível de complexidade, necessidades de informação e capacidade de cálculo significativamente maiores que o usado para as medidas somente estáticas mas proporciona uma maior riqueza conceptual e profundidade na análise, só possível através da implementação de um modelo de ALM deste tipo.

O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a SMF e SVP dos instrumentos do balanço.

É possível fazer uma decomposição em factores de risco dos movimentos da curva de taxas de juro por ordem de importância: movimentos paralelos, movimentos da pendente e alterações da curvatura. Adicionalmente deve-se considerar a possibilidade de que num balanço coexistam instrumentos cujo valor seja determinado por diversas curvas de desconto que necessariamente não se movem da mesma forma. O risco originado pelo movimento desigual ou desfasado entre diferentes curvas de desconto é conhecido como risco de base. Um exemplo clássico é a repreciação dos depósitos de clientes a taxa administrativa, cuja resposta ao movimento do nível geral das taxas de juro pode mostrar desfasamentos importantes.

Por último, o risco de opcionalidade pode ter um impacto na NIM e MVE do balanço com destaque para as opções implícitas nos termos contratuais em operações comerciais com clientes. Com efeito existem em certos instrumentos da banca comercial opções que não estão explicitamente ligadas ao comportamento de uma qualquer variável de mercado. Num contexto de GAP as mais importantes são as opções de pré-pagamento e de levantamento antecipado. As opções de pré-pagamento geralmente ligadas a empréstimos a longo prazo são pouco importantes no balanço da Instituição dado que a esmagadora maioria do crédito com prazo longos, sobretudo hipotecário, é de taxa variável. As opções de levantamento antecipado estão ligadas a depósitos de clientes sem vencimento contratual, nomeadamente depósitos à ordem, que são tratados no modelo através de metodologia interna utilizada para estimar prazos efectivos associado a este tipo de instrumentos, de forma a obter uma aproximação da sua real contribuição para a SMF e SVP.

Os prazos efectivos retirados da nossa metodologia interna para tratamento dos depósitos de clientes sem vencimento contratual são os seguintes:

Depósitos à Ordem	Percentagem Instável	Duração Modificada
Não Remuneradas	14,90%	4,5 Anos
Baixa Remuneração	29,20%	0,8 anos
Alta Remuneração	29,20%	0,25 Anos

Através da técnica de simulação realizam-se projecções da margem financeira da Instituição a partir da combinação de possíveis cenários da evolução das taxas de juro, como políticas de contratação de negócio por prazos, preços e estratégias de crescimento inerentes ao orçamento da Instituição.

A matriz de correlação entre o risco de taxa de juro estrutural (ALM) e os restantes tipos de risco consta do Anexo II.

2. Testes de Esforço para Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

Para submeter o balanço a vários cenários alternativos ainda que plausíveis, além das características contratuais dos diversos activos e passivos sensíveis, consideram-se os seguintes factores:

- Curvas de Taxa de Juro – irão permitir a simulação das taxas de juro de referência que vão servir de base ao cálculo das novas taxas das operações que alteram taxa e das novas operações contratadas.

Os cenários empregues são os seguintes:

- Cenário Base: as taxas de juro vão-se comportar exactamente como o mercado prevê na curva forward implícita na curva spot na data da simulação. O cálculo da sensibilidade da margem financeira efectua-se simulando a variação da margem financeira com base em deslocamentos de 100 pontos básicos na curva forward. Esta variação acontece tanto em valor absoluto como relativo.
 - Cenários de Pendente: no caso de um balanço se encontrar perfeitamente imunizado a movimentos paralelos na curva de taxas de juro, ficará sempre um risco remanescente associado aos possíveis movimentos não paralelos, principalmente alterações na inclinação e curvatura. Nas alterações de inclinação, especificamente a taxa de curto e longo prazo movem-se em direcções opostas. Se as taxas de curto prazo subirem e as de longo prazo descerem, a curva “fica menos inclinada” enquanto que no caso oposto “fica mais inclinada”, fazendo com que a estrutura de taxas forward implícitas seja afectada significativamente. Para o cálculo da sensibilidade realizam-se alterações simétricas de 12,5 pontos base no ponto da curva de 6 meses.
 - Cenários alternativos: assume-se um certo número de curvas diferentes consoante as várias hipóteses consideradas do nível da REFI numa determinada data. Para o cálculo da sensibilidade calculam-se várias margens financeiras com base nas várias curvas diferentes e comparam-se com a resultante do cenário base.
 - Cenários de elasticidade: existem produtos cuja resposta ao movimento do nível geral das taxas de juro pode revelar desfasamentos importantes. Estes resultados afectam a variabilidade da margem financeira e o valor actual dos instrumentos no balanço. Sabemos que alguns produtos têm maior amplitude de variação, estão mais indexados ao mercado do que outros, por isso construímos cenários em que alguns têm menor amplitude de variação que outros conseguindo assim uma maior aderência à realidade.
- Evolução do balanço – tão importante como a construção de cenários para a evolução das taxas de juro é o ajustamento a modelos da evolução futura dos volumes dos diferentes produtos e linhas comerciais do balanço. As hipóteses utilizadas são:
 - Balanço estático – assume-se que os saldos se mantêm constantes e as operações que vencem são substituídas por operações novas com o mesmo montante e as condições previstas no orçamento para

cada produto. As operações de cariz puramente financeiro deixam-se vencer. Este parâmetro emprega-se para controlo de limites.

- Balanço dinâmico – assume as condições de volume e preço fixadas no plano orçamental para cada produto. Pode assumir também variantes dependentes da política comercial e/ou financeira que se pretenda simular.

Este exercício é efectuado com carácter mensal.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

3. Modelo “Risco de Taxa de Juro (Carteira Bancária)”

Exposição Total EURO

			Dez/10	Jun/10
Efeito nos Fundos Próprios de um choque de 200 bps na curva de taxa de juro	Valor	+200 bps	31,30	51,39
		-200 bps	-43,11	-46,89
	% dos Fundos Proprios	+200 bps	1,1%	1,7%
		-200 bps	-1,5%	-1,6%

Exposição Total USD

			Dez/10	Jun/10
Efeito nos Fundos Próprios de um choque de 200 bps na curva de taxa de juro	Valor	+200 bps	11,65	14,03
		-200 bps	-9,35	-11,12
	% dos Fundos Proprios	+200 bps	0,4%	0,5%
		-200 bps	-0,3%	-0,4%